



UDIPSS GUARDA
Recrutar recursos humanos para as IPSS é cada vez mais difícil



SABUGAL
Liga dos Amigos da Aldeia de Santo António deseja aumentar capacidade



CASTANHEIRA
Projeto de Lar Residencial e CACI aprovado pelo PRR pode ficar na gaveta

CRECHES GRATUITAS

Autorizados mais dois lugares por sala e funcionamento à noite e fins de semana

CONSELHO GERAL

CNIS à espera do governo para Compromisso de Cooperação 2023-2024



iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por dermatologistas

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



D.R.

Acesso à habitação: um direito fundamental

Há certas condições que são indispensáveis para que qualquer ser humano possa crescer, pelo menos, no plano bio-psico-social de forma equilibrada: alimentação, educação/instrução, saúde e habitação. Defende-se – estou de acordo – que uma, senão a mais importante, é a educação/instrução. Todavia, é importante nunca esquecer, que mesmo em países, constitucionalmente, obrigados a facultarem o acesso a estes direitos às suas populações, a maior parte deles está muito longe de cumprir esta obrigação. Poderá haver pessoas que, não tendo acesso a uma alimentação adequada, a uma habitação condigna e a cuidados de saúde essenciais, consigam, ainda assim, atingir notáveis níveis de educação/instrução, mas, há que reconhecê-lo, à custa de muito maiores esforços; contudo, o mais provável, é que muitos nunca cheguem a atingir as metas almejadas. É que, por detrás destas dificuldades de acesso estão geradas gritantes desigualdades socioeconómicas, cujas causas radicam nos reduzidos ou nulos rendimentos financeiros.

Nos últimos meses, um dos assuntos mais mediáticos da agenda político-governativa tem sido a preocupação com os enormíssimos problemas causados pela falta de acesso à habitação. Mais uma vez se volta a falar de realojamentos, da necessidade de mais habitação social, de casas devolutas, de incentivos contra a desertificação do interior. Entretanto, instalou-se mais uma crise económico-financeira na Europa. Pelas razões já conhecidas, somos, de novo, atingidos por uma monstruosa inflação que deixa os pobres mais pobres e empobrece a classe média. O que está a acontecer no domínio da habitação é do conhecimento público. Autênticos dramas a atingir milhares de famílias. Rasga-me a alma não ter visto, ainda, aparecer um Plano de Emergência para socorrer esta gente, a maior parte, casais jovens. Houve sempre muito dinheiro para financiar os Bancos, mas não haverá algum para ajudar aliviar dívidas, não fraudulentas? Das entidades financiadoras não se pode esperar qualquer forma de solidariedade, porque “o capital não tem coração” já o disse D. Manuel Martins. É preciso um novo apoio, porque o concedido até agora, pelos ecos que me chegam, foi pouco abrangente e está a tardar em chegar a quem se candidatou. Estamos perante uma situação inimputável às pessoas que dela estão a ser vítimas. Como o foi com alguns bancos, o Estado também tem de ser solidário com



os cidadãos e corresponsabilizar-se pelo capital de risco, assumido por eles, ou, então, levar os bancos a permitir reequacionar novas cláusulas de empréstimo mais adequadas aos rendimentos dos credores.

Um Estado democrático, regido por uma Constituição que no n.º 1, do seu artigo 65.º afirma categoricamente que: «Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.» e no número seguinte descreve as condições para que isso aconteça, e estabelece, nomeadamente, no n.º 3: “O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria”.

Não se pode considerar que vivemos numa verdadeira democracia, enquanto Governo e Partidos, com representação parlamentar, não encontrarem estratégias conjuntas para alcançar tão incontornável desígnio.

Imagino as repercussões que este gravíssimo problema estará a ter no que respeita às participações das famílias. O Governo do nosso país está habituado a que, em tempos de crise, as IPSS reforcem a sua solidariedade, não negando a prestação de serviços a quem, por privação de recursos financeiros, deixou de poder assumir os seus compromissos.

Mas penso que as IPSS poderão dar um contributo maior na superação deste flagelo

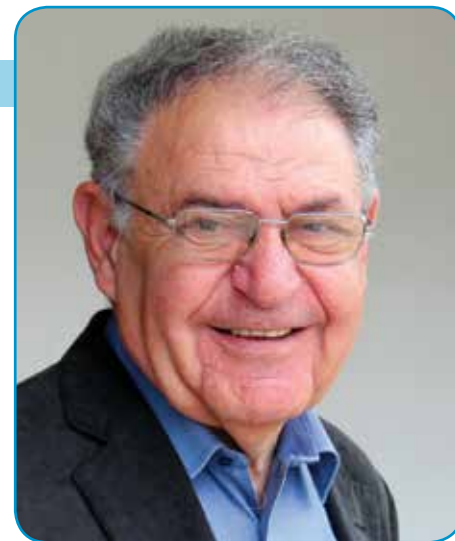
nacional ao:

- Sinalizar à autarquia situação de utentes da instituição, (com a concordância dos próprios e a participação deles), que vivam em condições de habitabilidade ou de salubridade indignas;
- Promover uma ação de sensibilização sobre créditos à habitação e como lidar com esta situação atual de maior risco;
- Disponibilizar um serviço de atendimento para quem queira apresentar as suas dificuldades relativas a este problema, identificá-las, registá-las, procurar esclarecimentos e encaminhar quem precisar desse apoio.

Outra sugestão, que não é nova no setor das IPSS, é a criação de Cooperativas de Habitação. Os tempos não são os mais propícios. Mas deixo o desafio para um médio prazo. Poderia ser mesmo uma experiência a realizar inter-IPSS em estreita articulação com as respetivas Uniãoes Distritais. Os modelos são muito diversificados, mas não apostaria numa metodologia que não implicasse, desde a construção, os cooperantes futuros proprietários ou residentes. Tenho consciência de que não se trata de um desafio fácil. Mas é uma aposta que visa colocar as IPSS, como sempre gostava de as ver, como forças motrizes do desenvolvimento socio-local, no qual a habitação tem um papel relevante. Para além de tudo, acredito que os dirigentes das IPSS continuam a ser gente audaz.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



O sufoco das Instituições Sociais

O Sr. Eng.º José Macário Correia, que foi membro da Direção da CNIS durante 8 anos, até 14 de janeiro último, no Jornal “Público”, na sua edição de 4 de julho, na Rubrica “Espaço público”, publicou um artigo intitulado “O sufoco das instituições sociais”, a propósito da situação financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) no nosso País, em que critica vários aspetos da política de cooperação por parte do Estado, bem como a posição negocial que tem sido prosseguida pelas Organizações que representam as IPSS na relação com o Estado.

Para além do direito à crítica – que, embora possa ser injusta ou despropositada, é legítima –, o artigo contém segmentos em que sou visado, em termos que são objetivamente falsos, injuriosos e atentatórios da minha honra e da consideração que me é devida e à Confederação que represento – e que ultrapassam os limites da liberdade de expressão.

Enviei ao Jornal Público um texto, ao abrigo do direito de resposta, que o mesmo jornal não publicou; mas não posso deixar de responder publicamente, por respeito às Instituições, a tais falsidades e injúrias.

Com efeito, escreve o Sr. Eng.º Macário Correia que, “... perante este sufoco (financeiro) crescente das IPSS, as suas próprias uniões e confederações parecem anestesiadas e inexistentes. Por norma, têm dirigentes ... felizes pelas pequenas mordomias do convívio com ministros e ministras, mas em silêncio perante a inoperância a que se assiste ... O Governo mete no bolso os que deveriam falar por todos. E estes consentem ...”

Ora, como só há uma confederação de IPSS no nosso País – a CNIS, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade –, é forçosamente a ela que o articulista se refere, quando se refere às confederações; e, como sou o seu Presidente, é a mim que cabe defender a honra do Sector Social Solidário e dos dirigentes das IPSS que integram a CNIS e as suas Federações e Uniões Distritais e Regionais, igualmente abrangidas pela ofensiva – para além da minha própria, naturalmente.

O Sr. Eng.º Macário Correia considera que

os dirigentes da CNIS e das Uniões recebem “mordomias” dos ministros e ministras, e que ficam “felizes” com elas – mas absteve-se de referir ou identificar uma única dessas mordomias.

Ora, mordomias são vantagens ilegítimas – sendo, por isso, difamatório acusar falsamente os outros de as receberem.

Como sou eu também que falo por todos, na qualidade de Presidente da Confederação, é a mim que o Governo “mete no bolso”, segundo o autor do artigo.

Estas afirmações, que são falsas, atingem a própria essência da natureza das IPSS e dos seus dirigentes.

As IPSS, ao longo de décadas, mas, essencialmente, após a Constituição de 1976, construíram uma rede de equipamentos e serviços que garantem e asseguram maioritariamente a proteção social do nosso País.

Tal foi possível através de um processo negocial permanente com os sucessivos Governos, umas vezes com maior abertura negocial, outras com evidentes reservas quanto ao modelo português de proteção social.

Reservas, quer de Governo, quer de algumas forças políticas, presentes no Governo ou fora dele.

Mas esse processo negocial conseguiu sempre preservar o que é da natureza e essência das IPSS: a sua autonomia face ao Estado e aos Governos, sejam eles quais forem; e a sua identidade como emanação da sociedade civil e das comunidades locais.

Nas negociações, há sempre dois lados da mesa; e cada uma das partes se senta só de um lado.

São estes valores, que constituem o âmago das IPSS, que são ofendidos quando os seus dirigentes são acusados de se curvarem perante o poder – poder que, como também é da sua natureza, é sempre a maior ameaça à independência e à autonomia das organizações da sociedade.

A ofensa é mais grave porquanto o Eng.º José Macário Correia sabe, por conhecimento direto, que as mordomias que insinua nunca existiram, nem os dirigentes da CNIS, ou das

Uniões ou Federações, são sensíveis a elas; como ele próprio não foi enquanto integrou a Direção da CNIS, durante 8 anos, até 14 de janeiro de 2023.

Outra insídia do artigo consiste na afirmação de que “alguns (dirigentes das Uniões e da Confederação) andam aparentemente a reinserir socialmente acusados de pedofilia e com isso dão por bem empregue o seu tempo.”

Também aqui ficou só pela calúnia, omitindo a referência a qualquer acusação concreta, ou a quem quer que fosse, que estivesse a ser reinserido – por mim, ou pela CNIS, ou pelas Uniões e Federações.

Mas recorde-lhe que acusado não é o mesmo que condenado; e que o próprio Eng.º Macário Correia deveria ser o primeiro a ser sensível a acusações consideradas injustas – mesmo que tivessem terminado em condenação em juízo.

O Sr. Eng.º Macário Correia foi convidado para a Direção da CNIS em 2015 – e, desde essa data, até cessar funções, em janeiro de 2023, nunca lhe faltou a solidariedade da Direção.

Durante esses 8 anos, não manifestou reservas nem dúvidas quanto à estratégia negocial prosseguida pela CNIS com o Governo.

Terá sido também “metido no bolso” pelo Governo?

Tudo isto é ainda mais estranho quanto é certo que a descrição do estado da situação financeira das Instituições que o Eng.º José Macário Correia aponta na parte inicial do artigo não é muito diferente do que eu próprio vou referindo desde há muito tempo.

É um repositório de factos e dados que são do conhecimento geral, pela recorrente referência que a CNIS e outras organizações do Sector Social Solidário costumam fazer em todos os fóruns em que participam.

E que o Eng.º Macário Correia apreendeu no seio da CNIS e com que aparentemente concorda.

A única coisa que mudou foi a condição do Eng.º José Macário Correia – que era dirigente nacional da CNIS até janeiro passado e agora não é.

«DIÁLOGOS DA SUSTENTABILIDADE: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES»

Fundação Inatel distingue a CNIS pelo trabalho por uma sociedade mais justa

A Fundação Inatel homenageou a CNIS, no final da 6ª Conferência «Diálogos da Sustentabilidade», pelo trabalho desenvolvido na economia social. Uma homenagem à CNIS e a todas as pessoas que na sua esfera de intervenção, diariamente, contribuem para uma comunidade mais solidária e mais justa.

A cerimónia decorreu, no passado dia 3 de julho, na Casa Jorge de Sena, no Porto, tendo a CNIS sido representada pelo vice-presidente Eleutério Alves.

Através de uma declaração gravada, o padre Lino Maia, presidente da Confederação, traçou um breve retrato da CNIS, lembrando que o grande desafio das IPSS é, sem dúvida, a sustentabilidade, lembrando que 38% das despesas são asseguradas através dos acordos de cooperação com o Estado, 33% pelas mensalidades dos utentes, pelo que “faltam 29% para suportar”.

O presidente da CNIS sublinhou ainda a importância de, numa altura em que se prepara uma alteração à Constituição da República, inscrever o direito à proteção Social, tal como já lá estão o direito à educação (Escola Pública) e à saúde (Serviço Nacional de Saúde).

Após receber a distinção das mãos de Francisco Madelino, presidente da Fundação Inatel, Eleutério Alves elencou algumas das características da CNIS e o que a faz ter a grandeza que tem – como os cerca de 500.000 utentes apoiados, cerca de 200.000 trabalhadores



e mais de 30.000 dirigentes voluntários, entre outros dados económico-financeiros –, recordando que, “em muitas comunidades, sobretudo nos territórios de baixa densidade que constituem o interior do país, [as IPSS] assumem-se como as maiores empregadoras e em muitos deles as únicas entidades com emprego relevante”.

“Para a prestação de cuidados a quem os procura na rede social solidária, as associadas

da CNIS serão responsáveis por mais de 60% dos equipamentos sociais em funcionamento no país”, sublinhou o vice-presidente da Confederação, terminando com uma garantia: “A CNIS tudo fará, como até aqui, para que Portugal seja um país mais justo, mais fraterno, mais solidário, onde todos tenhamos os mesmos direitos, a mesma dignidade e as mesmas oportunidades”.

A 6ª e última conferência dos «Diálogos da Sustentabilidade», uma iniciativa das marcas do Global Media Group, em parceria com a Fundação Inatel, com o apoio da Câmara de Matosinhos, Galp, CGD e Grupo Bel, debateu o tema «Paz, Justiça e Instituições Eficazes», aquele que é o 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Na conferência, onde também participou Ana Jorge, provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva lembrou que “ter instituições mais eficazes é um objetivo tão importante como ter melhor saúde e educação, porque, com instituições mais eficazes, temos educação mais universalizada e saúde mais acessível”, acrescentando: “Precisamos de instituições para não ficarmos dependentes dos homens, nem dos mercados... E na economia social, em que o objetivo económico não se esgota em si mesmo, é que se vê a importância das instituições que estão mais próximas das pessoas e dos territórios”.

NÓS – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E TÉCNICOS PARA A INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE, BARREIRO

«Conversas com Impacto» debateu o papel das instituições sociais e seus desafios

A «Crise Económica e Social: o Papel das Instituições e seus Desafios» foi o tema de partida para mais uma «Conversa com impacto», iniciativa promovida pela Associação Nós, do Barreiro.

A sessão incidiu sobre a urgência de diálogo entre entidades do Sector Social Solidário com vista à revisão do Estatuto das IPSS, colocando a tónica na valorização dos seus profissionais, na importância do voluntariado e na necessidade de sustentabilidade financeira.

Referindo a importância das instituições sociais e dos desafios que se lhes colocam na sociedade de hoje, João Bernardino, em representação da CNIS destacou essa importância como “organizações parceiras do Estado em prol da inclusão”.

“Nós não recebemos subsídios, mas sim o devido pagamento de serviços que prestamos em nome do Estado”, sublinhou João Bernardino.

Por seu lado, Joaquim Pequicho, em representação da Confcoop - Confederação Cooperativa Portuguesa, relevou a importância

de se “ir além das diferenças entre organizações dentro do Sector Social” e de “promover a cooperação e coesão social”.

“Existe a necessidade de diferentes olhares irem ao encontro das necessidades das pessoas e das suas desconformidades na comunidade e para tal é necessário não ter uma visão miserabilista do Sector Social”, sustentou Joaquim Pequicho, acrescentando: “Precisamos dos melhores e não de pagar ordenados miseráveis, temos de fixar as novas gerações, de ver o que pretendem introduzir no Sector Social e não depreciar o sector como o setor com dificuldades no rigor e no profissionalismo”.

Já Sara Ferreira, vereadora da Divisão de Intervenção Social, Igualdade e Saúde da Câmara Municipal do Barreiro, admitiu que “a definição das tabelas salariais é um desafio ao qual a CNIS tem de dar solução, pois, se tal não acontecer, não se conseguirá ter estabilidade de profissionais nas instituições”.

A autarca considerou, ainda, essencial rever o Estatuto das IPSS “à luz dos contextos locais e atuais”.

“Temos também de ter respostas sociais adaptadas à realidade de cada território, à sua população e às necessidades das famílias, respostas que deixem de ser tipificadas e estanques”, acrescentou Sara Ferreira.

Pelo Centro Distrital de Setúbal da Segurança Social, Cristina Lira destacou a visão de “um mesmo caminho de cooperação do Estado com as IPSS com o objetivo simultâneo de apoiar a população no terreno”.

“Não perdemos o foco de operar de forma colaborativa perante um mundo em que não podemos descansar face às adaptações necessárias. O Estatuto das IPSS está, atualmente, em revisão e também os apoios às instituições podem vir a ser repensados de forma mais descentralizada”, referiu a diretora da Unidade de Desenvolvimento Social do CDSS Setúbal.

LIGA DOS AMIGOS DA ALDEIA DE SANTO ANTÓNIO, SABUGAL

Alargamento da capacidade de ERPI dependente do apoio financeiro

Foi no ano de 1998 que um grupo de, como se dizia antigamente, homens bons se juntou e decidiu criar a Liga dos Amigos da Aldeia de Santo António, concelho de Sabugal.

“Na altura não tínhamos nenhuma estrutura de apoio à população, que estava a ficar muito envelhecida. Depois, não havia, igualmente, nenhuma estrutura que empregasse a malta nova... e continua a não haver. Se não tivéssemos o lar aqui na freguesia, havia agricultura e pouco mais. A instituição é o polo dinamizador da freguesia da Aldeia de Santo António”, afirma Joaquim Ricardo, um dos homens fundadores e que, desde a primeira hora, preside à instituição sediada às portas da cidade do Sabugal.

O passo em frente que aquele grupo de homens deu em prol da comunidade da Aldeia de Santo António implicou um grande compromisso de todos os membros dos órgãos sociais e ainda de algumas esposas destes, que avaliaram o empréstimo bancário para financiar a construção do equipamento social.

“A Segurança Social, na altura, não subsidiava a construção de lares na região e a única maneira de pedirmos um empréstimo foi ficarmos de fiadores do valor de mais de 600 mil euros. Já está tudo pago e já nos livrámos disso”, desabafa Joaquim Ricardo, que está no último mandato que pode cumprir, lamentando não haver quem se perfile para o cargo que exerce desde 1998.

Atualmente, a instituição acolhe 32 idosos em ERPI e apoia 25 em SAD, com uma equipa de 25 trabalhadores.

A celebrar 25 anos no próximo dia 2 de novembro, a Liga dos Amigos da Aldeia de Santo António é “uma referência” na região, prestando ainda um inestimável apoio à comunidade da aldeia.

No entanto, “sempre com muita dificuldade, porque o apoio do Estado é pouco”, lamenta o presidente da instituição e explica: “Repare, para 32 utentes em ERPI temos 20 acordos de cooperação e no SAD 21 acordos para 25 idosos. O problema é que as reformas são baixíssimas, pelo que a grande dificuldade é cobrir os custos com as mensalidades e as participações e, ainda assim, proporcionar qualidade de vida às pessoas”.

E no sentido de ainda melhorar mais a qualidade, a instituição em 2019 conseguiu a certificação de qualidade pela ISO 9001 2015, tendo sido a primeira instituição do concelho e a terceira no distrito a consegui-lo.

Apostando em dar mais e melhor resposta a quem a procura, a instituição pretende alargar a capacidade da ERPI em mais seis camas. Contudo, há obstáculos que poderão tornar-se intransponíveis, uma vez que podem colocar a sustentabilidade da casa em causa.

“Temos um projeto já feito que alarga a ERPI para 38 camas, só que os projetos de



investimento são um pau de dois bicos. Para nos candidarmos a fundos europeus, temos de ter dinheiro, porque nunca é financiado a 100%. Depois, por exemplo, a candidatura é aprovada em 2023, vamos fazer os concursos públicos, mas, por causa da burocracia, só iniciamos, seguramente, a obra dentro de dois anos e, nessa altura, o custo da obra é muito mais elevado”, sustenta, revelando: “Sei de algumas instituições que desistiram de candidaturas já aprovadas! Para agravar a situação, as candidaturas são muito burocráticas e onerosas, sujeitas a não aprovação e com alteração das regras ao longo do tempo”.

Estas são dificuldades que tocam a esmagadora maioria das IPSS, que tem custos em termos de sustentabilidade financeira.

“Ainda hoje estivemos reunidos para fazer uma contabilidade analítica, no sentido de vermos onde podemos poupar e quanto nos custa cada utente para podermos racionalizar mais os custos”, afirma Joaquim Ricardo, acrescentando: “Agora, a gestão é feita com muita ginástica e dificuldade. O dinheiro que temos é para o dia a dia e sempre com muita dificuldade. Basta lembrar que, segundo o estudo feito pela CNIS, o custo por cada utente em ERPI é de 1.250 euros e a Segurança Social dá 314 euros”.

“A comparticipação é baixa e as mensalidades são baixas, porque é muito fácil dizer que a mensalidade pode ir até 90% da reforma do utente segundo o grau de dependência, mas isto é muito difícil de se aplicar na realidade. Os utentes têm reformas baixas, os familiares também não têm situação económica para cobrir a prestação familiar e, depois, para além da mensalidade, há fraldas, medicamentos, roupa, etc. E é aí que a instituição sente mais dificuldades”, corrobora Andreia Pinho, diretora-técnica da instituição, ao que o presidente acrescenta: “E não podemos chegar aos 90% porque há uma determinada concorrência em ERPI na região, porque são 29 instituições. E, apesar

desto, continua a haver muita procura de lares, porque a população está muito envelhecida”.

E para melhor lhe dar resposta, a instituição pretende investir mais no Serviço de Apoio Domiciliário.

“O nosso SAD é uma espécie de lar em casa. Aliás, o nosso lema é «Apoio domiciliário, o lar em sua casa». Queremos melhorar ainda mais o SAD, integrá-lo no lar, trazendo os utentes a participar nas iniciativas, porque esses utentes, normalmente, vivem isolados e, assim, proporcionamos-lhes algum convívio”, revela Joaquim Ricardo.

Isto acaba por vir também no seguimento do fecho do Centro de Dia, em 2020, quando tinha sete utentes.

“Na altura tínhamos decidido alargar a capacidade do lar e a pretendíamos fechar assim que ficassemos sem utentes. Mas nessa altura, uns foram integrados no lar e outros no SAD e acabámos por já não reabrir após a pandemia”, conta Andreia Pinho.

E como seria a Aldeia de Santo António sem a Liga dos Amigos?

“Eu nem imagino... Seria uma aldeia deserta. Temos 25 funcionários, são 25 famílias que aqui têm o seu ganha pão, caso contrário, teriam que sair”, sustenta Joaquim Ricardo, que lembra ainda a importância da instituição no apoio à aldeia: “Para além desta componente social, ainda temos uma parceria com a Câmara Municipal do Sabugal e somos nós que, praticamente, mantemos a escola primária e a pré-primária a funcionar. Servimos 20 refeições por dia, prestamos apoio no pré-escolar e ainda fazemos o transporte e a receção de manhã e o lanche à tarde. E a escola também vai mantendo a aldeia viva. Por outro lado, durante a pandemia, fomos praticamente os bombeiros aqui da região, porque quando havia surtos em instituições, nós fornecíamos-lhes refeições. E, atualmente, apoiamos algumas instituições no fornecimento de refeições”.

RUI REIS, PRESIDENTE DA UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DA GUARDA

Mais de 60% das instituições do distrito têm problemas financeiros

A Volta a Portugal da Solidariedade cumpre nesta edição a terceira etapa do périplo nacional no distrito raiano da Guarda. No distrito há cerca de 360 IPSS, “algumas com pouca atividade”, sendo cerca de 150 associadas da UDIPSS. Rui Reis, presidente da União Distrital, assume frontalmente que a situação financeira das instituições do distrito é muito complicada, com mais de metade delas a viverem com graves problemas financeiros. A União faz o que pode, mas também ela é parca em recursos para melhor apoiar as associadas. Ainda assim, há uma proximidade grande e disponibilidade total para ajudar.

SOLIDARIEDADE - Que retrato se pode fazer do Sector Social Solidário no distrito?

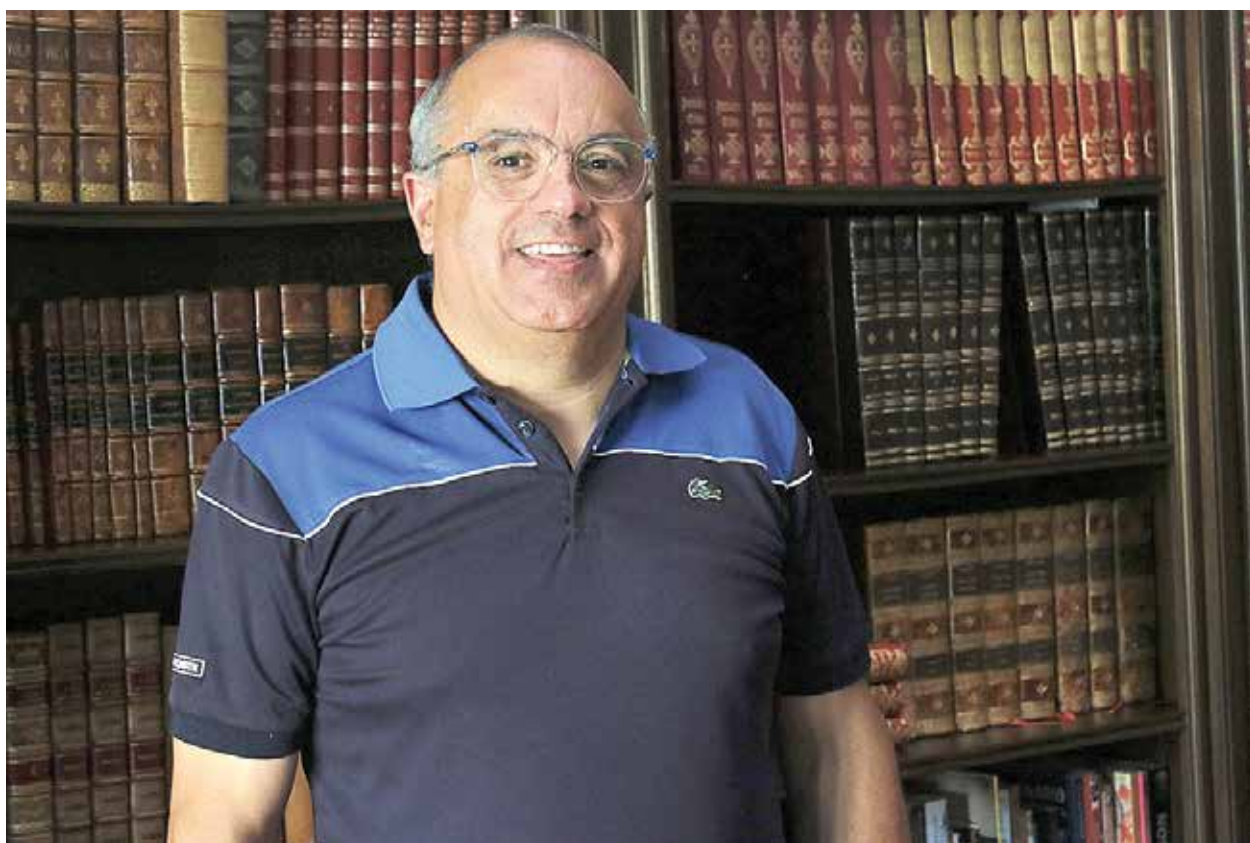
RUI REIS - O distrito é do interior e tem um número assinalável de instituições do terceiro sector que têm uma percentagem muito grande na criação ativa de postos de trabalho. Em muitos concelhos do nosso distrito esta é, se calhar, a única atividade que continua a empregar pessoas, apesar de, neste momento, haver grande dificuldade em contratar recursos humanos. Penso que é um problema geral a todo o país e que se acentua cada vez mais. É, efetivamente, a atividade das IPSS que é predominante nos nossos concelhos, que têm cada vez menos gente, e o papel das IPSS é, cada vez mais, de intervenção no terreno nestas terras do interior. As instituições têm uma responsabilidade enorme, pois, para além da empregabilidade, acabam por ter o papel de apoio àqueles que são os mais desfavorecidos, dos mais novos aos mais velhos. Cada vez mais, os desfavorecidos são gente nova. Aliás, há meninos pequeninos que vão almoçar às nossas creches porque não têm outra refeição.

E, sabendo-se de como são os fluxos de emigração, por certo muitos dos idosos que as instituições apoiam não têm retaguarda familiar

O tipo de idoso que temos no distrito é aquele que não tem retaguarda familiar e que tem baixíssimos recursos, com reformas de pouco mais de 200 ou 300 euros, o que incapacita, não só a gestão das instituições, como estas se veem em dificuldades pelos poucos recursos com que têm que se gerir... e a Segurança Social não dá mais por as situações financeiras serem muito precárias.

E como está a saúde financeira das instituições do distrito?

Já não há saúde financeira. A crise económica que atravessámos em 2015 colada à pandemia de Covid-19, desarranjou-nos



completamente em termos financeiros. A palavra sustentabilidade nunca esteve tão em cima da mesa como agora. Hoje, estas instituições têm poucos recursos e vivem numa região com grandes dificuldades... situações que são diferentes de outras zonas do país, e a par disso as instituições encontram-se numa gravíssima crise financeira. Do contacto com as instituições, é muito rara aquela que chegou ao fim de 2022 com resultados positivos. A nível da Guarda, haverá, seguramente, mais de 60% de instituições com problemas financeiros.

E o PRR tem chegado ao distrito?

Houve cerca de 30 projetos aprovados, mas, é importante vincar isto, muitos desses projetos aprovados não vão ser materializados,

porque as instituições já desistiram. Muitas têm contactado a União Distrital no sentido de saberem se há perspectivas de aumento das participações do PRR, porque uma coisa eram os preços quando as candidaturas foram feitas e outra é a realidade hoje em dia, com as inflações, as guerras, etc..

E há ainda a agravante da não garantia de acordos de cooperação para as respostas sociais a criar?

Esse é o maior problema. Quem apostar na institucionalização não terá acordos de cooperação, pois são determinações da União Europeia... Quem pretende avançar com um investimento, sabendo que não terá acordos de cooperação que possam suportar a valência, não se sente motivado a avançar.



Qual a maior lacuna no distrito em termos de resposta social?

No distrito tipificámos demasiado as respostas sociais, sobretudo no que diz respeito às ERPI, centros de dia e SAD, que na Guarda proliferaram muito. Para o que é o distrito da Guarda, há inúmeras instituições. Ou seja, o distrito tem um elevado grau de cobertura da maioria das respostas sociais para a velhice. Neste momento, o distrito tem uma enorme carência na área da deficiência. Depois, e podem vir falar do Acolhimento Familiar e afins, mas o que vemos é que não há trabalho de terreno no que diz respeito a essa resposta social. Estamos a trabalhar nessa resposta pela rama e é algo que se vê nos livros, mas não se vê no terreno. Derivado dessa situação, continuamos a ter muitas crianças institucionalizadas e, sobretudo, a partir dos 12, 13 anos, não há respostas sociais para estas crianças e jovens.

Falou que há dificuldade em recrutar recursos humanos, qual é o ponto que faz dessa situação aqui no distrito?

Neste momento, temos dificuldades a dois níveis. Quando falamos de auxiliares de ação direta e educativa, aqui não há para contratar. Não há pessoas. Há um elevado número de instituições que trabalha com um número abaixo daquilo que devia e muitas vezes a improvisar. Mas este problema arrasta-se há alguns anos e o momento que agravou esta situação foi a pandemia. Nessa altura, e daí terem-se criado brigadas, a determinado momento não tínhamos gente para trabalhar. Pronto, era a pandemia, mas quando ela acabar isto volta ao normal, pensávamos. Não aconteceu e a situação agudiza-se cada vez mais, sobretudo, porque os salários são baixíssimos, com trabalho por turnos e com as instituições sem capacidade para atrair as pessoas. Depois, muito mais grave, é a debandada geral em termos de técnicos, de psicólogos a fisioterapeutas, etc.. Tudo o que é

técnico sai, porque num hipermercado ganha mais dinheiro.

Que balanço faz da Creche Feliz?

Foi uma medida razoável, uma vez que veio ajudar as famílias. Penso que deveria haver a possibilidade de a instituição, já tendo acordos de cooperação, poder abrir vagas não só para os casos prioritários, mas que se permitisse que as instituições recebessem até um número razoável de crianças. Foi anunciado mais dois lugares por sala, desde que a mesma o permita, vamos ver se chega.

Como é a relação da União com as associadas?

O trabalho que esta Direção faz permite ter uma excelente relação com todas as associadas, o que é comprovado pelas iniciativas que a União realiza, o último dos quais com a vinda da senhora secretária de Estado da Inclusão para a entrega de diplomas do Adaptar+ Social, no Instituto Politécnico da Guarda, onde compareceram 210 instituições. Acima de tudo, privilegiamos um contacto muito próximo com as instituições.

E quais as maiores solicitações?

A maior solicitação, desde há muitos meses, é para a resolução de questões financeiras e, no último ano, são mais as matérias relacionadas com a crise energética. As instituições estão a pagar mais do dobro do que pagavam. Em termos de recursos humanos não podemos ajudar muito... Estabelecemos um protocolo com a EDP para que haja um benefício nos custos que as IPSS têm com a energia, que, como estão arruinam qualquer instituição.

Qual é a aposta em termos de iniciativas?

A grande aposta é no apoio no terreno às associadas, no sentido de as ajudar a resolver os problemas pontuais que vão surgindo no dia a dia e, depois, uma aposta cada vez

maior na formação. Sabemos que as instituições, pelas dificuldades que vivem em número de recursos humanos, nem sempre é fácil poderem participar.

E como é a relação com a CNIS?

É uma relação normal. A Guarda, eleita pelas Uniões da zona centro, teve assento na Comissão Permanente do Conselho Geral e, mais recentemente, foi escolhida para secretariar o Conselho Geral. A relação da UDIPSS Guarda com a CNIS é próxima e boa, pelo que não tenho nada mais a acrescentar.

Como vê a questão do financiamento às Uniões, que não existe, para além das quotas, e que todas reclamam?

Pois, como toda a gente sabe, nas UDIPSS nenhum dirigente é remunerado... Quando cheguei à presidência da União, havia o compromisso de o Estado financiar a CNIS e esta repercutir esse financiamento pelas Uniões, mas, neste momento, também nós temos imensas dificuldades e ficamos com a nossa capacidade de ação diminuída, porque dependemos apenas das quotas. Ficamos um bocadinho constrangidos na ação por falta de dinheiro. Era bom que o Estado assumisse o papel que já teve anteriormente de subsidiar a CNIS, para esta repercutir pelas Uniões.

Realizou-se recentemente um encontro de IPSS de inspiração canónica, promovido pela Diocese da Guarda. Tem conhecimento das conclusões a que chegaram?

Não tenho conclusões, porque a União Distrital, na pessoa do presidente ou de outro membro da Direção, não foi convidada. Continuamos a ter grande apreço pelas instituições associadas de inspiração católica, com quem trabalhamos diariamente. Sabemos que se ia debater a situação das instituições, o que é facto é que não fomos convidados e, portanto, não tenho conhecimento do que se passou. Continuaremos, como aconteceu recentemente, a promover ações de formação e um trabalho próximo junto dessas instituições, sem olhar se nos convidam ou não.

Recentemente, o Sector Social do distrito perdeu uma pessoa muito importante, o padre Virgílio Ardérius, que fundou a UDIPSS Guarda, entre muitas outras instituições...

É muito difícil falar do doutor Ardérius, que era uma personalidade que soube criar laços fraternos no Sector Social, onde não tinha inimigos. Era uma pessoa muito querida por todos. Aliás, foi ele que me convidou para a Direção da UDIPSS e que me desafiou a candidatar-me a presidente. Foi uma perda para as instituições que liderava e por aquilo que representava para todos nós. É uma perda grande para o Sector Social, porque ele era um homem de ideias e de grande dinamismo. Se tivesse que ser irreverente, era-o, independentemente de quem tinha à frente, uma irreverência muito própria. Perdemos um parceiro de eleição.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, GUARDA

Instituição da Castanheira pondera seriamente desistir do projeto já aprovado pelo PRR

O Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Castanheira, concelho da Guarda, foi fundado em 2001, depois da população pedir ao pároco local para criar uma estrutura de apoio à comunidade, tal como tinha feito numa paróquia vizinha.

“Esta casa surgiu por vontade de pessoas da terra. Na altura, o pároco era o padre Messias Coelho, que tinha fundado, numa terra vizinha, um centro paroquial. Então, as pessoas pediram-lhe para que criasse, inicialmente, um centro de dia e, futuramente, um lar de idosos”, começa por contar o padre Ângelo Martins, que pegou nos destinos da instituição em 2006.

“Quando vim para pároco da Castanheira em 2006 e já havia um projeto desenhado para criar a valência de ERPI. O tempo foi passando até que se agarrou no projeto e se deu início à construção, sem qualquer apoio financeiro de programas estatais, do equipamento onde agora estamos. Em 2011, abrimos a valência de lar, cujo financiamento da construção se fez com um empréstimo bancário, o qual ainda estamos a pagar, e com dâdivas das pessoas da terra, que rendeu mais de 180 mil euros”, recorda, deixando um lamento: “Ainda carregamos o fardo do empréstimo e que ainda é pesado para as contas da instituição”.

Ainda assim, e olhando às necessidades da região, que não passa propriamente por mais vagas em lar, a instituição decidiu avançar com um projeto ambicioso.

“Desde que abrimos a ERPI, começámos a pensar em lançar-nos noutros projetos. O objetivo não era criar mais lugares em ERPI, mas avançarmos para um Lar Residencial e um CACI [Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão], para pessoas da área da deficiência. Então, há dois anos começámos a fazer um projeto”, conta, revelando: “Elaborámos o projeto, candidatámo-lo ao PARES 3.0, que, primeiro, veio recusado, porque faltava um papel. Depois, candidatámo-nos ao PRR, com o projeto a ser aprovado em setembro de 2022, mas apenas para o CACI. O Lar Residencial ficou de fora, porque não era candidatável. Entretanto, os valores de obra dispararam todos. Mesmo assim, lançámos o concurso público em março de 2023, já com um valor mais realista e este disparou em quase 500 mil euros”.

Perante um cenário difícil e muito mais oneroso do que inicialmente previsto, os responsáveis pela instituição ponderaram seriamente desistir da candidatura.

“Neste momento, já temos algumas respostas ao concurso público, mas ainda não fechámos contrato, porque continuamos à espera e sempre na expectativa que o PRR possa dar uma ajuda, se bem que já foi



anunciado um reforço de 20%. No entanto, os 742.500 euros que foram aprovados e com os 20% de majoração... ainda precisamos de milhão e meio”, sublinha, enumerando ainda outros problemas que o futuro pode trazer: “E o milhão e meio que falta, apesar de nos ser garantido em algumas entidades bancárias, tem um senão: é que podemos lançar-nos a isto e daqui a 20 meses temos a obra feita, mas não temos garantia

de ninguém que temos acordos de cooperação para o Lar Residencial e para o CACI. Se agora, com o empréstimo bancário que temos, já é um encargo residual, um novo empréstimo quadruplica o encargo financeiro. Por isso, estamos com os pés muito bem assentes na terra, estamos à espera a ver o que dá, mas estamos inclinados para recusar o PRR e não avançar com a obra”.

Mas os obstáculos não se ficam por



aqui e o caso específico da instituição da Castanheira volta a ser um espelho da realidade das IPSS em todos o país: falta de recursos humanos para contratar.

“E a nossa recusa tem ainda outra razão, que se prende com os recursos humanos. Se abrirmos as novas valências precisamos de mais 25 trabalhadores, no mínimo, e não há garantias que aqui no interior vamos conseguir encontrar esses 25 trabalhadores”.

Para além dos trabalhadores de ação direta e auxiliares, a instituição, para além da Direção-Técnica, tem ainda enfermeira, animadora sociocultural e fisioterapeuta a tempo inteiro, “o que é uma mais-valia”, refere o padre Ângelo Martins, que acrescenta: “E isto exige um esforço financeiro grande, mas nós estamos aqui à procura de dar qualidade de vida às pessoas e não de ficarmos ricos”.

Com a resposta de lar suficientemente coberta, apesar das listas de espera, na região, a aposta na área da deficiência surge pelas necessidades reconhecidas por todos e bem evidentes mesmo dentro das portas da instituição da Castanheira.

“Neste momento, temos quatro pessoas em ERPI que poderiam estar em Lar Residencial, porque essa era a resposta adequada para elas”, revela o padre Ângelo Martins, ao que a diretora-técnica Liliana Saraiva acrescenta: “Nós temos utentes de SAD que são pais de utentes de ERPI, porque, apesar de ainda não serem idosos, são pessoas com deficiência”.

Por outro lado, segundo o pároco, “nunca se equacionou alargar a ERPI, porque aqui

na zona são tantos os lares de idosos, que não seria uma boa opção”.

“O rácio de ERPI, não apenas no concelho da Guarda, é enorme. Há uma série de ERPI aqui à volta e estarmos a aumentar a capacidade não seria uma boa escolha, porque a médio prazo já não vamos ter velhinhos para colocar nos lares. De momento, temos uma lista de espera de 74 pessoas”, acrescenta.

O Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Conceição acolhe, de momento, 30 idosos em ERPI e cinco em Centro de Dia e ainda apoia em SAD 18 utentes, com uma equipa de 21 funcionários, a que se junta um médico.

“Temos mais de metade dos utentes em lar com uma situação financeira bastante boa, mas temos outros que já não é assim. As pessoas procuram esta instituição pelo número de serviços que tem e que elas sabem que têm de ser pagos. Mais de metade tem uma situação muito favorável, porque temos muitos emigrantes regressados da Alemanha”, afirma o pároco, ressalvando: “E não temos acordos de cooperação para todos os utentes, das 30 vagas só 19 estão protocolizadas. Já no SAD só quatro utentes têm acordos de cooperação a 100%, todos os outros são apenas a 50%”.

Uma vez mais, à semelhança do que se passa no universo das IPSS em Portugal, isto exige uma gestão muito criteriosa, até porque há encargos que é preciso cumprir.

“Neste momento, faltam-nos três anos para pagar o empréstimo e estamos a negociar alargar este prazo para cinco anos

para conseguirmos reduzir a prestação para cerca de metade da atual, porque tudo aumentou. Só a conta do gás mais do que duplicou em apenas um ano e continua tudo a aumentar”, argumenta, ao que a diretora-técnica acrescenta: “Quem nos representa, o senhor padre Lino Maia, tem de ter uma voz muito forte nas negociações, mas tenho medo do que pode vir por aí. Se não for de encontro às nossas necessidades, temo que muita porta se vá fechar”.

“O padre Lino Maia revelou o teto máximo para a negociação, mas temo que tudo fique na mesma. As questões são as mesmas há anos, o pessoal que trabalha nas IPSS tem os salários mais baixos e não há maneira de as instituições poderem pagar mais, por mais que queiram” afirma o padre Ângelo Martins, lembrando ainda alguns absurdos que continuam a acontecer: “Depois, esta caça inspetiva que existe pelas razões mais absurdas. Até parece que as IPSS estão a prestar um melhor serviço que podem, mas mesmo assim não está bem para quem não comparticipa nem metade das despesas que elas têm. Estamos a fazer um trabalho social e o que pedimos é para nos darem mais alguma coisa para conseguirmos fazer o trabalho. Isto não gera riqueza, pelo contrário, mas é trabalho social”.

E como seria a Castanheira sem o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Conceição?

“Neste momento, a terra decresceu muito em termos de população, mas o Centro Social continua a imprimir dinâmica à própria população. Primeiro, o lar está sempre ocupado, depois participamos nas festas e estamos plenamente inseridos na comunidade. E é sempre uma porta aberta para a população. Depois, ainda empregamos algumas pessoas da terra”, sublinha o presidente da instituição, que destaca ainda outra vantagem para a localidade: “Prestamos muitos serviços à comunidade. A instituição tem um carácter diferenciador de todas as que estão aqui à volta. Somos os únicos que temos enfermeira, animadora sociocultural e fisioterapeuta a tempo inteiro, o que para a comunidade é uma mais-valia, porque através destes profissionais damos também assistência à comunidade de Castanheira. E, desde que abrimos, é algo de que nunca abdicámos, apesar do esforço financeiro, porque ao final do mês, muitas vezes temos que engendrar esquemas para tapar buracos”.

CENTRO PAROQUIAL E DE BEM-ESTAR DE CACILHAS, ALMADA

Desentendimento com autarquia leva ao fecho da instituição já em agosto

O Centro Paroquial e de Bem-Estar Social de Cacilhas, IPSS do concelho de Almada, com respostas sociais de creche, com 80 crianças, e SAD com 20 idosos, tem de abandonar, já no próximo mês de agosto, as instalações provisórias onde funciona.

Segundo o pároco Quintino Trinchete, presidente da instituição almadense, esta terá de fechar as várias valências se não puder continuar a funcionar nas instalações cedidas pelo município. No entanto, Câmara Municipal de Almada afirma que não vai ceder e responsabiliza a Direção da instituição por ter abortado a solução que estava em curso.

O desentendimento entre as partes prende-se, segundo a autarquia, com o facto de a instituição ter desistido da candidatura que tinha apresentado ao PARES e de não ter informado a Câmara Municipal.

O presidente do Centro Paroquial sustenta, por seu turno, que a autarquia teve acesso a toda a documentação e que sabia que a instituição desistira porque o promotor imobiliário responsável pela recuperação do Cais do Ginjal, o grupo AFA, assumiu o compromisso de construir um novo equipamento para a instituição.

Segundo o pároco Quintino Trinchete, numa missiva dirigida à autarquia em março, a instituição assumiu que, por estar à espera de um novo edifício construído pelo grupo AFA, desistiu da candidatura ao financiamento público.

Numa reunião, em maio, com os pais das crianças que frequentam a instituição, e segundo estes, o Câmara argumentou que o espaço ainda ocupado pela IPSS, na Rua Conde Ferreira, era temporário, e que o Centro Paroquial desistiu da candidatura do PARES sem ter avisado atempadamente a autarquia. Por isso, a autarquia não pretendia renovar o protocolo de comodato porque o centro já demonstrou várias vezes falta de gestão adequada.

Perante o impasse, e com a autarquia a não ceder no braço de ferro, o presidente da instituição alerta para o facto de os 30 trabalhadores irem para o desemprego. E o primeiro sinal de que não haverá outro desfecho é que, ao contrário dos anos anteriores, em que o centro só encerrava para férias na última quinzena de agosto, este ano já informou que vai fechar todo o mês de agosto.

O SOLIDARIEDADE sabe que estão a ser procuradas soluções para os utentes da instituição



em outras instituições do concelho, mas a situação não está fácil, uma vez que o concelho, à semelhança do resto do país, tem falta de vagas, especialmente, em creche.

O Centro Arco Íris, no Monte da Caparica, que tem apenas valência de creche é uma das instituições que vai receber alguns dos petizes do Centro Paroquial de Cacilhas, mas não todos e os demais não têm colocação em nenhuma das outras escolas do concelho. Por outro lado, outra instituição do concelho, o Centro Social e Paroquial de Almada, também está para fechar, o que vai fazer aumentar a procura pela resposta de creche.



esocial INFÂNCIA

TODOS JUNTOS
para um presente e um futuro das
crianças ainda mais risonho.

**PLATAFORMA
100% WEB,
ajustada
às necessidades
específicas do
setor social.**

Pais ainda + informados

Educadores ainda + próximos

Instituições ainda + eficientes



esocial.f3m.pt

Como usar a
tecnologia
para melhorar o
dia a dia dos
Educadores?



Acompanha o SHINE
nesta Aventura



MUNDO DA INFÂNCIA
já disponível nas redes sociais.









MEDIDAS CONCERTADAS COM CNIS

Creches abertas à noite e fins de semana e podem aumentar dois lugares por sala

Segundo uma portaria publicada em Diário da República no início deste mês as creches vão passar a poder funcionar em permanência, incluindo à noite e aos fins de semana, desde que a criança não permaneça “por um período superior ao estritamente necessário” e apenas por motivos relacionados com a atividade laboral dos pais.

A mesma portaria também indica que as creches vão poder ser instaladas em contentores ou integradas em universidades ou hospitais, o que já se verifica no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira (CHUCB), na Covilhã, e no Hospital da Universidade de Coimbra. “As creches podem instalar-se em construções modulares, em edifícios existentes ou em espaços integrados em universidades, estabelecimentos hospitalares, empresas e entidades públicas”, lê-se no documento.

Como já tinha sido anunciado no Parlamento pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, cada sala das creches vai poder abrir mais dois lugares. A medida pretende criar cerca de “seis mil lugares” ainda este ano. Ana Mendes Godinho indicou que assinou no início do mês a portaria que cria “a possibilidade de aumentar dois lugares adicionais por cada sala de creche, desde que as salas tenham área suficiente por criança que garanta a qualidade da resposta”.

Em declarações à agência Lusa, o padre Lino Maia sublinhou que a medida foi concertada entre o Governo e as instituições de solidariedade, nomeadamente a CNIS e a União das Misericórdias, e que vai permitir aumentar as vagas existentes mantendo a qualidade do serviço prestado. “Garantindo e assegurando a manutenção da qualidade, que é de facto muito importante e temos de salvaguardar sempre, permite a maior frequência de crianças e ajuda as famílias”, disse o responsável.

Segundo o presidente da CNIS, a falta de lugares em creche é reconhecida e com esta medida, anunciada pelo Governo, “há um certo alargamento da resposta”, apesar de defender que esta “não é ainda a solução definitiva” e que continua a haver necessidade de mais equipamentos. “Nós precisamos de mais creches, mas, de qualquer modo, contribui para que em setembro possamos ter mais crianças em creche”, salientou Lino Maia.

Outra das medidas anunciadas visa uma “facilitar a reconversão automática de espaços previamente dedicados à área de infância para salas de creche, desde que salvaguardadas naturalmente as questões de segurança e de conforto das crianças, bastando uma comunicação ao Instituto de Segurança Social para o efeito”.

De acordo com a ministra, o Governo prevê, com estes “mecanismos especiais”, um



D.R.

“potencial de aumento de capacidade rápido, imediato que poderá ser de cerca de novos seis mil lugares já em 2023”.

Ana Mendes Godinho explicou que estas medidas não se aplicam aos berçários “pelas razões evidentes de salvaguarda da qualidade de resposta”. “Mas também porque acreditamos que é fundamental o acompanhamento das crianças pelos pais, nomeadamente com a nova medida que criámos de licença parental, que permite que a tempo parcial pai e mãe possam acompanhar a criança até um ano, desde que o façam de forma partilhada, promovendo assim uma real partilha entre homens e mulheres”, defendeu.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social indicou precisamente que a “regulamentação da dimensão da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, das licenças parentais foi publicada”.

Ana Mendes Godinho indicou que o Governo mobilizou também “de forma estrutural, sem precedentes, investimento do PARES [Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais] e do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] para aumento de 26 mil lugares de creche” e permitiu a “possibilidade de instalação de creches em universidades, empresas, hospitais e entidades públicas, salvaguardando sempre as condições

de segurança”.

A possibilidade de prolongamento será apenas para casos em que ambos os pais tenham essa necessidade por motivos profissionais. A concretizar-se, exige o reforço das equipas. Para a assessora da Direção da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), Filomena Bordalo, a mudança “é uma oportunidade muito interessante”, mas é preciso esclarecer como será operacionalizada. De acordo com o presidente da CNIS, está ainda a ser resolvido “um pequeno busílis” entre o Governo e as instituições, para que a medida não obrigue a aumentar o número de trabalhadores, questão essa que Lino Maia acredita que terá solução dentro de dias.

Outra questão que agora se levanta é o valor de 460 euros de comparticipação que o Estado paga por criança. O valor pode ter que ser atualizado nas próximas negociações. O programa de gratuidade fez disparar a procura por uma vaga justificando esta alteração das regras que Governo está a fazer.

Ana Mendes Godinho disse, no Parlamento, que a frequência gratuita por 58 mil crianças custa por mês 27 milhões de euros ao Estado. A rede Creche Feliz já tem 2290 creches gratuitas aderentes e, no início do mês de julho, tinha 1100 vagas livres em 118 concelhos.

CONSELHO GERAL

CNIS pouco otimista com as negociações do

É conhecida a situação difícil que as IPSS atravessam e, apesar dos esforços da CNIS, julho já vai a meio e ainda não há Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2023-2024.

Esse foi um dos principais assuntos tratados no Conselho Geral da CNIS, na passada segunda-feira dia 10, com o presidente da Confederação manifestar-se muito insatisfeito com o impasse nas negociações com o governo.

“O grande tema das negociações do novo Compromisso de Cooperação é a atualização dos acordos de cooperação, uma vez que as outras questões não têm a mesma dimensão”, começou por dizer o padre Lino Maia aos conselheiros, sublinhando: “Na Direção, assumimos o compromisso de estabelecer uma atualização justa e de não abdicar de uma atualização mínima”.

Recorde-se que da última atualização dos acordos de cooperação, na realidade, as instituições acabaram por ver os valores atualizados apenas em 0,8%, apesar dos reforços e adiantamentos estabelecidos pelo governo.

Segundo o presidente da CNIS, “tendo em conta, o impacto do aumento do salário mínimo, a inflação e o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social é necessário uma atualização justa”, não revelando valores para não afetar nem melindrar os intervenientes no processo negocial.

Sobre esse processo negocial, o padre Lino Maia reforçou a ideia de que a atualização dos valores de financiamento das respostas é prioritária, podendo o resto do clausulado ser tratado depois.

“A nossa condição foi negociar primeiro a atualização dos acordos de cooperação e só depois analisar o resto das matérias”, sustentou, revelando que, em janeiro, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social enviou um documento preparatório das negociações, que “a Direção considera ser demasiado palavroso, gongórico e de propaganda e promoção partidária”, sem incluir quaisquer valores financeiros.

Daí, a CNIS defender ser primordial tratar da atualização dos acordos de cooperação.

As reuniões negociais têm decorrido com a secretária de Estado da Inclusão e com a vice-presidente do Instituto da Segurança Social, mas “como a atualização dos acordos é uma matéria que a ministra avoca para ela, a CNIS aguarda pelo agendamento de uma reunião com a presença da ministra Ana Mendes Godinho. “Não creio que seja para breve”, rematou o padre Lino Maia.

Apesar de algum acolhimento às propostas da CNIS e demais Organizações Representativas do Sector Social Solidário, há suspeitas de que o Ministério das Finanças poderá entrar na situação, aliás o que já tem acontecido noutras áreas da governação do país.

Porém, a CNIS afirma estar firme na sua



posição para conseguir um bom acordo que ajude as IPSS a saírem do sufoco em que se encontram.

“Não abdicaremos de um determinado valor mínimo. Se isso acontecer, a CNIS não assina o Compromisso”, afirma o padre Lino Maia, acrescentando que “as perspectivas não são nada otimistas” e, “pelo que tem acontecido, pelo menos pela CNIS, não haverá Compromisso de Cooperação”.

O presidente da CNIS lembrou que “os maiores custos para as instituições são a massa salarial, a energia e os bens alimentares” e “a inflação nestas matérias andou nos 13%”, o que para as IPSS que já têm, no geral, uma sustentabilidade financeira muito frágil é quase uma sentença de morte.

Carlos César, da UDIPSS Lisboa, revelou que no distrito lisboeta “há instituições a pedir empréstimos bancários para cobrir despesas e

Compromisso de Cooperação 2023-2024



poderem fazer a gestão diária”, enquanto Tânia Gaspar, da UDIPSS Santarém, lembrou que “as linhas de crédito criadas na altura da pandemia de Covid-19, por causa da subida dos juros” estão a deixar as instituições em grandes dificuldades, confrontadas com prestações bancárias exorbitantes face ao que pagavam antes”.

PRÉ E CRI

Por outro lado, Ana Maria Lima, da Direção da CNIS, adiantou que decorrem negociações a propósito da resposta de Pré-escolar. Já a assessora Patrícia Monteiro, do Departamento Técnico, deu conhecimento do início das reuniões do Grupo de Trabalho criado para tratar do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI).

“Foram definidos os principais vetores de revisão do modelo de funcionamento e financiamento do CRI, tendo a CNIS apresentado uma proposta que agora será analisada”, revelou a assessora, acrescentando que a última reunião agendada foi desconvocada, com o Governo a justificar que “dada a complexidade do novo

modelo de financiamento e funcionamento da resposta, não havia tempo útil para, sustentadamente, apresentar uma proposta para entrar em vigor em setembro, no início do ano letivo 2023-2024”.

Perante isto, “as creditações das instituições para terem a resposta de CRI prolongam-se, assim, por mais um ano”.

Em cima da mesa do Conselho Geral, que decorreu em Fátima, esteve ainda a revisão do Estatuto das IPSS.

“Para já, há um Grupo de Trabalho de peritos, mas, neste momento, ainda não se sabe muito do que vai sair dali. No entanto, há duas questões que queremos ver tratadas e que emanam diretamente do Congresso de Viseu e que são a autonomia e a identidade”, sustentou o presidente da CNIS, ao que o assessor jurídico da Direção, Henrique Rodrigues, e que representa a Confederação no grupo de trabalho, acrescentou: “A primeira reunião era amanhã [terça-feira, dia 11], mas não vai acontecer, porque ainda não há diretor-geral da Segurança Social, depois da saída de Tiago Pregoça”.

FESTA DA SOLIDARIEDADE

Depois, os conselheiros iniciaram o debate de uma matéria mais do foro interno da CNIS e do seu funcionamento, mas o debate e uma decisão ficou para mais tarde, para que todos possam ponderar sobre a questão. Trata-se da quotização das associadas e os seus valores.

Segundo o padre Lino Maia há três questões por resolver: baixar a percentagem de financiamento do Estado à CNIS; atualizar as quotas das IPSS; e criar um modelo em que a CNIS possa passar, diretamente, recibo às associadas pelo valor que pagam à CNIS.

Sobre a dependência financeira do Estado, “a CNIS, atualmente, vive com 77,1% de financiamento do Estado e apenas 18,88 provém das quotas das associadas”, referiu o padre Lino Maia, lembrando que “esta situação limita a autonomia da CNIS”, pelo que “é necessário aumentar o financiamento pelas associadas para acabar com a enorme dependência do financiamento do Estado”.

Ainda no capítulo interno, o vice-presidente Eleutério Alves anunciou que a 16ª Festa e Chama da Solidariedade decorrerá na segunda semana de outubro, em Portalegre. Ainda não há calendário definido, mas certo para já é que a Chama da Solidariedade andarão ao longo dessa semana pelo distrito de Portalegre, terminando na capital de distrito para a Festa.

Por outro lado, o membro da Direção Alfredo Cardoso avançou que a CNIS pretende agendar uma reunião com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) para “fazer o ponto da situação do protocolo estabelecido entre a CNIS e a ANMP, mas também para avaliar o processo de transferência de competências”, pelo que “a Direção solicita às Uniões Distritais e às IPSS informação sobre a matéria”.

No final da reunião, Maria Alcina Cerdeira, novel presidente da UDIPSS Castelo Branco, propôs um louvor a Maria de Lurdes Pombo, sua antecessora na União albicastrense, pelo grande trabalho que desenvolveu naquele e noutros fóruns. Também Rui Reis, presidente da UDIPSS Guarda propôs um louvor ao padre Lino Maia, por ter assinalado 50 anos de sacerdócio.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

Temos que cuidar do nosso sistema de cuidados de longa duração

Portugal é um dos países da Europa em que é mais reduzida a cobertura de idosos por cuidados de longa duração. Apenas na Letónia e na Polónia, segundo a OCDE, a proporção de idosos que recebia cuidados em instituições ou em casa em 2019 era menor que em Portugal.

O nosso país é também dos que menos recursos despendem em cuidados de longa duração. A despesa total neste domínio ascendeu em 2021 a 1,0% do PIB quando a média da OCDE era de 1,8% e quatro países (Países Baixos, Suécia, Noruega e Dinamarca) passavam os 3% do PIB.

Talvez mais relevante ainda seja o facto de sermos o segundo país da OCDE, a seguir à Hungria, em que é maior o peso da participação privada nos custos dos cuidados. Em 2021, metade da despesa era suportada pelas famílias, quando a média da organização era apenas de 18%.

A necessidade de cuidados continuados vai crescer nas próximas décadas, quer por razões de saúde e demográficas, quer por razões sociais.

Temos tido sucesso a prolongar o tempo de vida, mas não de vida com saúde. Dos 22,3 anos de esperança de vida das mulheres que atingiram os 65 anos em 2019, cerca de 70% serão de vida não saudável. O mesmo acontece em mais de metade do tempo de vida dos homens dessa idade.

A população com mais de 80 anos, de acordo com a projeção-base do Eurostat, irá quase duplicar nos próximos 40 anos e no mesmo período o rácio de dependência de idosos irá subir de 33 idosos por 100 adultos em idade ativa para cerca do dobro.

As transformações nas dinâmicas familiares e de emprego levam a que seja predominante que todos os adultos em idade ativa trabalhem. Na faixa etária onde se concentram os cuidadores informais - a dos 55 aos 64 anos - em 2022, 71% dos homens e 61% das mulheres estavam empregados, tornando difícil a existência de um

cuidador informal principal.

Tudo aponta para que precisamos de reformar o sistema de cuidados de longa duração para nos aproximarmos de níveis razoáveis de cobertura, a custos comportáveis para as famílias e para a sociedade em geral. Há fontes de inspiração para essa reforma.

Em novembro de 2021 a Organização Mundial de Saúde publicou um quadro orientador para os países atingirem um “continuum integrado de cuidados de longa duração”¹. Das valiosas recomendações desse quadro, destaco algumas que me parecem estratégicas.

Na governança, a OMS propõe a existência de um organismo coordenador que inclua os níveis nacional e local e envolva representantes da comunidade e detentores de interesse relevantes. No financiamento, propõe um sistema integrado de financiamento público que conduza a serviços disponíveis. No nosso país continuamos a ter dois sistemas de cuidados que comunicam deficientemente e têm condições de financiamento díspares.

Sugere também a OMS que se monitorize a força de trabalho dos cuidadores, com políticas e legislação sobre as suas qualificações e certificação e mecanismos de avaliação. Algo que em Portugal é feito de modo muito fragmentário e em que as instituições que prestam serviços se deparam com enormes dificuldades.

Propõe ainda a OMS que se definam processos e procedimentos que garantam “percursos de cuidado integrados e centrados na pessoa”, apontando para uma referência integrada para cuidados e não, como hoje ocorre, diferenciada com o modelo de financiamento, bem como para a existência de um acompanhamento integrado no percurso de cuidados e não a referência predominante de uma pessoa para uma resposta.

No fim de junho foi a vez de a OCDE publicar um relatório sobre a melhoria das condições de trabalho nos cuidados de longa duração [Acessível em <https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/beyond-applau->

[se-improving-working-conditions-in-long-term-care_27d33ab3-en](https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/beyond-applau-se-improving-working-conditions-in-long-term-care_27d33ab3-en)], que teve uma razoável divulgação mediática entre nós.

A OCDE, que não é suspeita de desvio estatístico e despesista, faz um apelo forte ao crescimento da despesa pública com cuidados de longa duração, para garantir melhores condições de trabalho e prevenir falta de mão-de-obra no setor e exorta os Estados a intervir no aumento dos salários e nas exigências de qualidade dos trabalhadores. Se nos sistemas de base pública, estas recomendações são orientadas para as políticas salariais, em sistemas de cooperação como o nosso, elas terão de se refletir na melhoria dos apoios financeiros, ainda que vinculadas a políticas salariais, de recrutamento e de carreiras.

Nesse relatório aborda-se ainda o reconhecimento social das carreiras de cuidador, o reforço da formação e o acesso à contratação coletiva. A OCDE percebe, bem, que perante as crescentes necessidades, a desvalorização simbólica dos cuidadores e de todo o setor de prestação de cuidados é um obstáculo que tem que ser removido.

Em suma, se em Portugal abusa da expressão reforma estrutural, este setor de atividade e esta necessidade social pedem-nos uma. A necessidade de expansão exige do Estado em qualquer cenário um forte aumento da despesa pública. O nosso modelo de cooperação tem muitas virtudes mas não pode ser manipulado pelo Estado para pedir às instituições que se conformem com um ritmo de expansão reduzido e condições de funcionamento inferiores às necessárias. O modo como as famílias participam as respostas tem que ser repensado para ter algum tipo de mutualização de riscos e ser mais comportável.

Se continuarmos no caminho atual, é provável que não atinjamos os padrões de cobertura e de qualidade que quer a OMS quer a OCDE nos pedem e exortam a ter. Temos que cuidar do nosso sistema de cuidados.

¹ [Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/9789240038844>].

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



“Nesta cidade em que o poeta é agora focinho de leitão”^(a)

1 - A minha mãe era professora. Os seus pais, e meus avós maternos, foram ambos professores. Os seus nove filhos, incluindo a minha mãe, em algum momento das suas vidas, foram professores. Os irmãos dos meus avós maternos, meus tios-avós, e eram também muitos, foram professores. Os seus filhos foram professores, padres e freiras. Um dos meus bisavós maternos foi também professor. Vinte dos meus primos diretos, do lado materno, são, ou foram, igualmente professores.

Salvo algumas excepções, quase todos na escola pública.

Havia, no antigo regime, uma revista do Ministério da Educação Nacional, chamada Escola Portuguesa, que trouxe uma vez a lume o levantamento dos membros da família que eram professores – e eram mais de 40 os que exerciam, em simultâneo, a docência no sistema de ensino público.

Devo muito daquilo que sou a esse ambiente de ensino, que, mais do que profissional, era como que um destino, que cercava e envolvia o meu crescimento e como que impregnava, sem se dar por ela, o meu modo de ver o mundo.

Ainda recordo os inúmeros serões, em colectivo familiar, em Ermesinde, no Porto ou em Abragão, debatendo as minudências da língua portuguesa, a etimologia das palavras, a construção das frases, as ambiguidades semânticas, as excepções gramaticais, a flexão regular e irregular dos verbos, as metáforas e as metonímias ...

Ficou-me desses hábitos o gosto pelos detalhes e o amor da língua – que ainda hoje mantenho.

Com referi acima, muitos dos meus primos diretos exercem ainda hoje a docência no ensino público e a atual crispação entre o Governo e os professores é tema das conversas de fim de semana, que como que prolongam os debates sobre a língua de há algumas décadas atrás.

Creio, pois, que estou razoavelmente informado sobre as razões das partes desavindas.

Suponho que estou de acordo com a maioria, que considera justa a luta dos professores e respeitáveis as suas queixas.

2 - Sei, de conhecimento directo, da existência de professores, do quadro da sua escola, licenciados e com mestrado em ensino, com mais de 30 anos de serviço - e que recebem, no fim do mês, o salário líquido de 1.300,00 euros.

Nunca chegarão ao topo da carreira, pois

ficaram estagnados por vários anos nos níveis 4 e 6, sem possibilidade de acesso aos níveis superiores, possibilidade rateada apenas para alguns, em função das quotas de acesso e dos limites para as classificações, no processo de avaliação.

Parecem-me estas as principais razões de queixa dos professores, no panorama geral do conflito, de par com a recuperação integral do tempo de serviço “congelado”, para o efeito do reposicionamento na carreira.

Trata-se, como referi, de razões de queixa – quer dizer, constituem razões, e boas razões.

Há todavia outros aspectos, de significado mais restrito, que integram a agenda da luta, mas cuja justeza não é, para mim, tão linear.

Uma delas tem que ver com a precariedade da colocação, nomeadamente dos professores que se não encontram vinculados a uma escola e que correm o risco de ter de andar “com a casa às costas”, como é uso dizer-se – por terem de concorrer, para obterem a vinculação, para localidades distantes da sua residência.

Outra respeita aos professores que se encontram num quadro de doença prolongada - colocando-os longe dos familiares que os acompanham e deles cuidam.

São razões, em abstracto, estimáveis: parece uma violência empurrar para leccionar no Algarve um professor residente no Minho, com família constituída e consigo residente; como parece injustificado afastar da sua residência professores que se encontram doentes – verdadeiramente doentes.

Afigura-se igualmente desajustado separar elementos do casal, se ambos professores, segundo a antiga “lei dos cônjuges”, que permitiu, durante décadas, um professor chamar para trabalhar junto de si o seu cônjuge, colocado “em longes terras”.

3 - Todas estas mobilidades têm aparente justificação absoluta.

No entanto, por constituírem excepção, é legítimo que o Governo procure restringir a sua aplicação aos casos em que os professores se encontram efectivamente doentes, fiscalizando esse estado; e reduza a mobilidade por razões de proximidade geográfica, de forma a não perverter a regra, cuja lógica os sindicatos defendem, de colocação mediante a classificação no concurso nacional.

Com incentivos para quem é deslocado,

naturalmente (já que não se podem ir buscar professores a Cuba).

A alternativa, susceptível de resolver mais adequadamente todos os interesses conflitantes, seria a possibilidade de contratação directa pela escola de uma parte significativa dos professores de que carece.

Todos nos lembramos dos nossos professores e não nos enganamos quando, cá para o nosso íntimo, os classificamos como muito bons, bons, suficientes ou incapazes.

Os directores das Escolas não são menos observadores do que nós somos – e também sabem quais os melhores para ensinar na escola por que são responsáveis.

Mas essa aproximação entre o conhecimento dos méritos dos decentes e a sua contratação não merece a estima dos sindicatos – que não prescindem de um concurso nacional, mesmo com os desvios referidos.

Seria talvez uma forma de inverter a tendência do ranking das escolas dos últimos anos, voltando a conferir à escola pública a exigência republicana da qualidade e do rigor, como factor da mobilidade social.

4 – Como referi, no essencial, é justa a luta dos professores.

Mas tem sido, em boa medida, ineficaz.

Durou todo o ano de 2022-2023, e já está aprazado o recomeço para 6 de Setembro.

Está a perder créditos, na percepção social.

O decurso do tempo tem degradado a coreografia das manifestações com que os sindicatos dão publicidade às greves – e isso tira, ou enfraquece, a razão.

Dos professores, exige-se compostura e educação – quando dão aulas, mas também quando se apresentam noutros contextos.

Não deixam de ser professores quando fazem greve.

Não foi apenas o mau gosto da máscara de porco colocada sobre a cara do Primeiro-Ministro e que me evocou o título de Cipriano Justo.

Confesso que não estimo particularmente ver adultos, professores, a apitar com estridência nas manifestações, como adolescentes.

Preferia para os meus netos professores com outra ‘gravitas’, com outros modos.

‘Est modus in rebus’

(a) Cipriano Justo



UNIÃO DAS IPSS DA MADEIRA

Projeto «Adota um Avô» juntou 198 idosos e 100 jovens ao longo de dois anos

Ao longo de três anos, o projeto «Adota um Avô» juntou, em diversas iniciativas, 198 idosos e cerca de 100 alunos da Escola da APEL (Associação Promotora do Ensino Livre), na Madeira.

O projeto «Adota um Avô» foi desenvolvido, ao longo de três anos, pela União das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Madeira (UIPSS Madeira), em parceria com a Escola da APEL, envolvendo 22 IPSS, representativas de nove concelhos regionais, entre eles, o de Porto Santo.

O projeto, cofinanciado pela União Europeia/FSE, no âmbito do Madeira 14-20, e que agora terminou, foi estruturado em três fases: Formação (alunos e técnicos das IPSS), Ateliers

de Artes e Saberes (alunos e idosos das instituições) e Adoção dos Avós.

O grande propósito do projeto era quebrar o isolamento dos mais idosos e promover a troca de conhecimentos e experiências com os mais jovens, através de um genuíno projeto intergeracional.

Rita Andrade, secretária regional de Inclusão Social e Cidadania, lembrou a importância destas iniciativas para colmatar a solidão entre a população e, através do convívio, proporcionar alegria e bem-estar às faixas etárias mais elevadas.

“Esta profunda alteração na estrutura social trouxe grandes desafios à governação, mas não

a vemos como um problema, antes como uma oportunidade, e este Governo tem desenvolvido um trabalho intenso na implementação de respostas às necessidades desta faixa da população”, afirmou a governante.

A cerimónia de encerramento do projeto «Adota um Avô», que decorreu no Auditório Padre Mário Casagrande, na Escola da APEL, contou ainda com a presença do presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, José Carlos Batalha.

A UIPSS Madeira e a Escola da APEL aproveitaram a ocasião para promover a conferência «De que falamos, quando falamos de envelhecimento ativo?», pela especialista em Gerontologia Carla Ribeirinho.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE CASTELO BRANCO

Maria Alcina Cerdeira é a nova presidente da Direção

União Distrital das IPSS de Castelo Branco tem novos órgãos sociais, eleitos no mês passado. No passado dia 12 de junho, os novos dirigentes tomaram posse no Fundão.

Após atingir o limite de mandatos, Maria de Lourdes Pombo, que presidiu à Direção ao longo de três mandatos, lidera agora a Mesa da Assembleia Geral, tendo sido rendida na presidência da União por Maria Alcina Cerdeira.

Ficam assim constituídos os Órgãos Sociais da UDIPSS Castelo Branco:

Assembleia Geral

Presidente - Maria de Lourdes Borges Póvoa

Pombo Costa (APPACDM de Castelo Branco); 1º Secretário - Artur José Ascensão Fazenda (Centro de Assistência Social do Tortosendo); 2º Secretário - Maria de Lourdes Tavares Rodrigues Liberato (Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Valverde);

Direção

Presidente - Maria Alcina Domingos Cerdeira (Centro Assistencial Cultural e Formativo do Fundão); Vice-presidente - Maria Amélia Amaral Pires Dâmaso Rodrigues Alves (Centro Social Amigos da Lardosa); Tesoureiro - Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Centro Social

Comunitário do Peso); Secretário - Maria da Conceição Moura dos Reis Corte Leão (Lar Major Rato, Alcains); Vogal - Joaquim Filipe Patrício (Centro Social Beato Nuno Santa Maria, Cernache do Bonjardim);

Conselho Fiscal

Presidente - Rui Alberto Freire Pereira (APPACDM da Covilhã); 1º vogal - Sérgio Manuel Mateus Francisco (Casa da Infância, Juventude e Terceira Idade de Vila de Rei); 2º vogal - Carlos Manuel Gomes Jerónimo (Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silves).

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE BRAGA

UDIPSS celebra protocolo com Centro Juvenil de S. José para promover ações de formação

No seguimento da abertura da Oficina de Formação do Centro Juvenil de S. José, que aconteceu no mês de março, a UDIPSS Braga e a instituição de Guimarães celebraram um protocolo de parceria no âmbito da formação profissional.

Assim, a UDIPSS de Braga e o Centro Juvenil de S. José obrigam-se a planear e desenvolver projetos formativos, no sentido de atualizar e

aperfeiçoar os conhecimentos e competências dos formandos, com vista aumentar a sua qualificação profissional.

Com o objetivo de potenciar o crescimento de pessoas e organizações e promover a aprendizagem ao longo da vida, através desta parceria as duas entidades pretendem desenvolver atividades conjuntas de formação e qualificação, fomentando uma ação integrada e coordenada.

NOVO PRESIDENTE

Face à saída do cónego Roberto Mariz, que ocupava o cargo de presidente da UDIPSS Braga, para a diocese do Porto, onde assumiu as funções de Bispo Auxiliar, a presidência da União é agora ocupada por Jorge Pereira, até aqui vice-presidente, após ter sido cooptado pelos seus pares de Direção.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE ÉVORA

Tiago Abalroado reconduzido na presidência da Direção até 2026

A União Distrital das IPSS de Évora foi a votos e reconduziu Tiago Abalroado na presidência da Direção. A lista única candidata, proposta pela Direção cessante, tem nas presidências da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal João Luís Penetra e Ana Isabel Casadinho, respetivamente.

Os órgãos sociais para o quadriénio 2023-2026

da UDIPSS Évora são assim compostos:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - João Luís Batista Penetra; Secretário - Ana Maria Férias Paixão Duarte; Secretário - Liliana Cristina da Silva Cepas Rainha;

Direção

Presidente - Tiago José Mendes Abalroado; Vice-presidente - Teresa Maria da Cruz Costa Pereira;

Secretário - Luís Delgado Oliveira Rodrigues; Tesoureiro - Carlos Alberto Batista Elias; Vogal - David Emanuel Vieira da Silva Prazeres;

Conselho Fiscal

Presidente - Ana Isabel Marques Fragoço Casadinho; Vogal - Idália Maria Barrenho da Silva Inácio; Vogal - Maria do Rosário de Fátima Pavia Barrocas Varela.

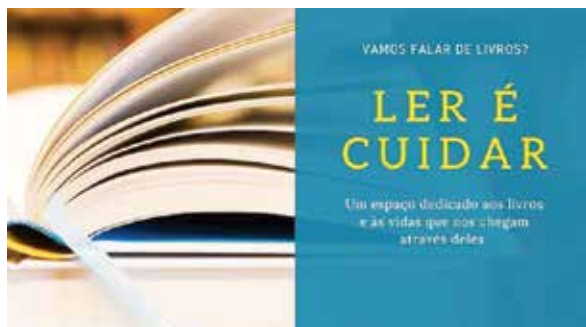
OBRAS SOCIAIS DE VISEU

No projeto «Ler é cuidar» os livros são os terapeutas

As Obras Sociais Viseu, em parceria com a Livraria LeYa, lançaram o «Ler é cuidar», um espaço onde através da apresentação, reflexão e partilha de livros é proposto viajar por vidas, por modelos de cuidados, conceitos, perspetivas, filosofias e experiências de muitos autores que pela escrita atravessam as vidas de todos e as transformam.

É um espaço privilegiado de partilha, dotado de sensibilidade e de muita humanidade.

Assim, todos os meses, de forma presencial e online, na livraria LeYa, na Pretexto (Rua Formosa, em Viseu) e o «Ler é cuidar» leva o melhor da literatura, com apontamentos especiais



de quem, com um olhar atento, vive a vida através das palavras e se deixa movimentar por elas.

É um espaço onde os livros deixam de ser o

que nunca foram, um conjunto de palavras, e se tornam num dos mais valiosos terapeutas, um lugar onde a reflexão conjunta, a introspeção e o autoconhecimento, ajuda a definir novos rumos na área do Cuidado, em Portugal e no mundo.

A primeira iniciativa realizou-se, no passado dia 14 de junho, com a apresentação do livro «Lições para Ser», que cultiva as boas maneiras, a empatia e a generosidade. Através de rimas, são abordadas várias lições, de uma forma leve e divertida, que levam a refletir sobre as ações de cada um e que incentivam a prática do bem.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

5ª Punkada continua debaixo das luzes da ribalta e recebe prémio Acesso Cultura

A banda rock 5ª Punkada recebeu, no passado dia 21 de junho, um Prémio Acesso Cultura, mais um reconhecimento numa carreira cheia de exemplos de barreiras derrubadas, um sonho nascido de uma necessidade vital de fazer música e de muitos outros sonhos que lhe estão associados, como gravar um disco ou dar concertos.

Durante a cerimónia de entrega do prémio, que decorreu na Biblioteca de Marvila, em Lisboa, foi destacado o percurso de quase 30 anos da banda rock da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e a sua relevância no contexto da promoção do acesso de todos à participação cultural.

Na avaliação do júri, foi destacado em

particular o alto valor do grupo para a representação das pessoas com deficiência em locais de liderança e participação artística. Foi ainda valorizado o papel da parceria entre a APCC, a Omnichord e a Ccer Mais, que permitiu gravar e editar em 2021 (com o apoio do INR – Instituto Nacional para a Reabilitação) o disco de estreia dos 5ª Punkada, «Somos Punks ou Não?», que contou com os convidados Surma e Victor Torpedo e a produção de Rui Gaspar, dos First Breath After Coma.

Este foi mesmo o início de um novo capítulo na história dos 5ª Punkada, a que se seguiram uma digressão por várias cidades portuguesas, o lançamento de um documentário, a estreia em três dos melhores festivais de música nacionais,

uma nomeação para os Prémios Play e, mais recentemente, o convite dos Coldplay para partilhar o palco no último concerto da banda britânica em Portugal. Para a associação Acesso Cultura, a atribuição deste galardão foi também um reconhecimento público de todas as entidades envolvidas, enquanto exemplo de integração social, intelectual e física.

Os 5ª Punkada são Fausto Sousa (voz e soundbeam), Fátima Pinho (teclas), Jorge Maleiro (guitarra e voz), Miguel Duarte (bateria) e Paulo Jacob (guitarra e voz), mas também já integraram a banda Adelaide Serafino, Francisco Sousa, Luís Pedro Madeira, Márcio Reis, Marco Nuno e Ricardo Sousa.

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

«Dia D» juntou candidatos e empresas para fomentar a diversidade e a inclusão laboral

O Centro de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional do Porto foi o local escolhido para se realizar o «dia D». O encontro entre candidatos a emprego e empresas é um evento de networking e marketing profissional que pretende promover a diversidade e a inclusão nas empresas, sendo realizado no âmbito da 4.ª edição do Projeto (D) de Eficiência.

Após uma jornada prévia de preparação, houve, então, o momento de encontro e de eventual «match» entre 13 dos 20 iniciais candidatos a empregos e as 19 empresas que marcaram presença.

A sessão de abertura contou, entre outros, com Ricardo Valente (vereador da Economia, Emprego e Empreendedorismo da Câmara Municipal do Porto) e Mónica Trindade e Isabel Gonçalves (do Instituto de Emprego e Formação Profissional).

Marcaram presença, também, representantes das entidades parceiras – entre elas a Associação

do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), representada pelo seu presidente, Abílio Cunha.

O líder da APPC destacou que “este projeto, pelos seus resultados e pela importância que tem, deveria ser replicado a nível nacional”, tanto mais que “o objetivo de qualquer cidadão é o de atingir a plena cidadania”.

E isto, para Abílio Cunha, só se atingirá com a desejada empregabilidade. Quanto à contratação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, o responsável da APPC frisou que “o critério de escolha de um qualquer colaborador para uma empresa ou organismo deverá, sempre, ser só um: o da competência profissional, independentemente de qualquer limitação”.

Por seu turno, Ricardo Valente referiu “o exemplo da construção do projeto em rede”, salientando que “a lógica de inclusão [no mercado de trabalho de pessoas com deficiência ou incapacidade] não

deve ser assumida como uma opção de caridade”, desafiando as empresas a “assumirem a capacidade de arriscar”.

Este «dia D» foi o culminar de um projeto que contou com uma fase inicial de preparação (o Programa de Capacitação), que contribuiu para o desenvolvimento de competências de empregabilidade, incluindo sessões dedicadas à definição de objetivos profissionais, proposta de valor, gestão de tempo e stress, gestão de expectativas e assertividade, imagem e apresentação pessoal e a simulação de entrevistas.

O projeto nasceu em 2019 e tem por objetivo principal a inclusão laboral das pessoas com deficiência e incapacidade (através da valorização e promoção das suas competências de empregabilidade e da sensibilização e captação das empresas), fomentando uma aproximação mútua através de eventos de recrutamento.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

DIA MUNDIAL DA POPULAÇÃO

Mais de 400 mil idosos em risco de pobreza

Mais de 400.000 idosos vivem em risco de pobreza em Portugal, com um máximo de 551 euros por mês, segundo dados divulgados pela Pordata, para assinalar o Dia Mundial da População.

Para 90% das pessoas com 65 ou mais anos, a reforma ou pensão é a principal fonte de rendimento.

Nesta faixa etária, 9% permanecem no mercado de trabalho, sendo que 240.000 pessoas trabalham ou ocupam-se na agricultura.

Os dados reunidos pela base de dados da Fundação Francisco Manuel dos Santos mostram que há mais de 500.000 idosos a viverem sós.

Ao analisar as condições do envelhecimento, a Pordata destacou também que dos 22 anos de esperança média de vida de uma mulher com 65 anos, apenas sete anos serão de vida saudável.

Mais de metade dos seniores não pratica exercício físico e tem excesso de peso.

Em 2001, o número de pessoas com 65 ou mais anos ultrapassou o número de crianças e jovens com menos de 15 anos. Atualmente, há quase duas vezes mais seniores do que crianças e jovens em Portugal.

Em cada 100 residentes no país, 13 são crianças ou jovens com menos de 15 anos, 63 são pessoas em idade ativa (15-64 anos) e 24 têm 65 ou mais anos.

MAIS CENTENÁRIOS

O número de pessoas a atingir os cem anos aumentou 77% na última década em Portugal, para quase 3.000 cidadãos centenários no ano passado, revelou a Pordata, por ocasião do Dia Mundial da População, que se assinala a 11 de julho.

Em 2022, viviam em Portugal 2.940 pessoas com 100 anos ou mais, contra 1.658 em 2012, indicam números da base de dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

A inversão da pirâmide demográfica é

considerada um dos maiores desafios do século XXI na generalidade dos países europeus e, também em Portugal, onde o peso da população idosa duplicou nos últimos 36 anos. Segundo a Pordata, 24% da população portuguesa tem hoje 65 anos ou mais.

“O futuro das economias e sociedades europeias depende da forma como se enfrentará esta questão no curto prazo, importando, por isso, analisar esta tendência e, também, as condições em que a população mais idosa vive atualmente”, sublinha a análise da Pordata aos dados estatísticos.

Dos 10,4 milhões de pessoas que vivem em Portugal, 2,5 milhões têm 65 anos ou mais, estando as mulheres em maioria (57%).

“Este peso superior do sexo feminino cresce à medida que a idade aumenta: as mulheres representam 62% do total da população com 80 ou mais anos”, lê-se num documento divulgado pela plataforma.



**SOFTWARE IPSS
ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995**

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC

ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

US UNIDADES DE SAÚDE

PI PLATAFORMA INTEGRADA (WEB)

ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

CNT CONTABILIDADE ESNL

ORD ORDENADOS

PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA

QIJ QUALIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE

QTI QUALIDADE 3ª IDADE

UTC UTENTES CT

GI GESTÃO DE IMÓVEIS

REN RENDAS

**28 ANOS DE
PROFISSIONALISMO**

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
Chamada para Rede Fixa Nacional

TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
Chamada para a Rede Móvel Nacional

EMAIL: tsr@tsr.pt






ABUSOS SEXUAIS

Instituições da Igreja e da sociedade civil com ações de sensibilização e formação

O Grupo VITA, criado em abril no âmbito da Conferência Episcopal Portuguesa, iniciou um programa de ações de sensibilização e formação sobre abusos sexuais com várias entidades ligadas à Igreja, iniciativa que se estenderá a instituições da sociedade civil, revelou a coordenadora do grupo.

Em comunicado, a psicóloga Rute Agulhas explicou que o programa de formação começou em junho, com as Comissões Diocesanas e a Conferência dos Institutos Religiosos a responderem a um questionário para “delinear com maior precisão as ações a desenvolver” e que esse processo está agora em curso junto de catequistas e professores de Educação Moral e Religiosa Católica, com a formação a arrancar em setembro.

Já agendadas para outubro (dias 02 e 18) e novembro (dias 03 e 13) estão quatro ações de sensibilização com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), com cada ação a ter duração de quatro horas e a decorrer em Fátima e em modelo híbrido. A Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social contou já com uma ação no passado dia 29 de junho e tem outra marcada para 28 de setembro.

Sublinhando que esta área da formação e sensibilização para a prevenção dos abusos sexuais é “um dos eixos de intervenção”, o Grupo VITA admite ainda que “mais ações de sensibilização estão a ser pensadas com a Cáritas Portuguesa, a Ordem dos Fisioterapeutas, a Ordem dos Advogados e a

Direção Geral da Educação”.

O grupo assume-se isento, autónomo e independente e visa acolher, escutar, acompanhar e prevenir as situações de violência sexual de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica, numa lógica de intervenção sistémica.

O Grupo VITA surgiu na sequência do trabalho da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica, liderada pelo pedopsiquiatra Pedro Strecht, que, ao longo de quase um ano, validou 512 testemunhos de casos ocorridos entre 1950 e 2022, apontando, por extrapolação, para um número mínimo de 4.815 vítimas.

O Grupo VITA pode ser contactado através da linha de atendimento telefónico (91 509 0000) ou do formulário para sinalizações, já disponível no site www.grupovita.pt.

PATRIARCADO DE LISBOA

O Patriarcado de Lisboa vai promover, a partir de setembro, um programa de formação dirigido a catequistas e outros responsáveis que, em contexto eclesial, lidam com crianças, jovens e adultos vulneráveis, no âmbito do combate aos abusos. O programa está a ser desenvolvido pelo Patriarcado, através da Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis e do Setor da Catequese, e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), e prevê quatro áreas: formação de sensibilização para agentes pastorais, formação de formadores, formação

de colaboradores das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas e formação para padres e diáconos. Esta ação insere-se no protocolo que o Patriarcado de Lisboa estabeleceu com a APAV para 2023-2024, segundo informação divulgada pela diocese de Lisboa. Para o padre Tiago Neto, diretor do Setor da Catequese, citado na nota do Patriarcado, estas ações marcam um “ponto sem retorno na aplicação de medidas de proteção e cuidado, de modo que as paróquias sejam lugares onde as crianças, os jovens, as famílias e os mais vulneráveis encontrem segurança e proteção”. O sacerdote adianta que este programa formativo é “uma forma concreta de a Igreja responder à crise dos abusos sexuais com a qual se defronta”. O comunicado do Patriarcado adianta que, na área da catequese - que em Lisboa, a nível diocesano, conta com cerca de 60 mil crianças e adolescentes e 6.000 mil catequistas -, o processo de adoção de “boas práticas” nesta área teve início em setembro de 2022 em algumas paróquias. “A escolha destes agentes pastorais já requer a necessária análise da idoneidade dos candidatos, incluindo para o efeito a requisição do certificado de registo criminal”, refere a nota. Em simultâneo a esta formação, as paróquias do Patriarcado “deverão constituir equipas de proteção de crianças e adultos vulneráveis”, as quais “terão uma formação avançada que lhes permita conhecer o manual de boas práticas, assim como adquirir competências para a sua aplicação”.

PROGRAMA AVANÇAR

Apoios financeiros às empresas e descontos nas contribuições à Segurança Social

O programa Avançar, apresentado pelo Governo para incentivar a contratação sem termo de 25 mil jovens qualificados, prevê apoios financeiros de 8,6 a 12,4 mil euros às empresas e descontos de 50% das contribuições para a Segurança Social.

Na apresentação pública do programa, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, destacou que o objetivo é “incentivar a contratação sem termo de jovens qualificados com salário base igual ou superior a 1.330 euros”.

Os jovens contratados - com até 35 anos, qualificação de nível superior e inscritos como desempregados no Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) - passam ainda a receber uma bolsa mensal de 150 euros paga por este instituto, descrita como um “apoio financeiro à autonomização” e a pagar durante o

primeiro ano da vigência do contrato de trabalho apoiado.

O principal objetivo do programa Avançar é “alcançar os 25 mil jovens com contrato permanente, com salários de, no mínimo, 1.330 euros”.

Nos termos da portaria n.º 187/2023 - que cria e regula o programa e foi publicada em Diário da República - além do reforço dos incentivos à criação de emprego permanente, o Avançar prevê ainda um conjunto de majorações do apoio financeiro à contratação a aplicar “sempre que esteja em causa a contratação de jovem com deficiência e incapacidade, posto de trabalho localizado em território do interior, quando a entidade empregadora seja parte de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, quando esteja em causa a contratação de jovem qualificado que esteja em situação de desemprego

de longa duração e, ainda, a contratação de jovens qualificados do sexo sub-representado na profissão”.

Segundo salienta o executivo, o que se pretende é “atrair e reter o talento dos jovens qualificados” e apoiar a sua autonomização, assim como “promover a melhoria da qualidade do emprego, incentivando vínculos laborais mais estáveis e promovendo a fixação de salários adequados às qualificações dos jovens, fomentando e apoiando a criação líquida de postos de trabalho de jovens qualificados”.

Em maio estavam desempregados em Portugal 70.500 jovens, o que corresponde a uma taxa de desemprego jovem de 18,6%, mais do triplo da registada para os adultos (5,5%) e uma subida de 0,5 pontos percentuais face a abril e de 0,1 pontos percentuais relativamente ao período homólogo.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A inteligência artificial ou como Prometeu regressa à cena do crime

Devemos precaver-nos contra o pecado da hùbris. Os gregos antigos, esse povo luminoso, mas idóneo para a dor, temiam-na. Sabiam que essa mistura de orgulho e arrogância os podia perder. Não raramente a hùbris dos humanos convocava a fúria do Olimpo e sabemos como os deuses eram criativos e cruéis nas suas punições. Que o digam Édipo, Sísifo ou Prometeu...

Prometeu, que já tinha algumas máculas no cadastro, passou das marcas quando roubou o fogo sagrado do Olimpo para o dar aos humanos. É esse gesto fundador (um crime na perspetiva dos deuses) que faz de nós uma espécie inventiva e tecnológica.

É difícil imaginar algo mais prometaico que a inteligência artificial.

Quando Prometeu roubou o fogo aos deuses, tratava-se de reparar uma injustiça – os deuses tinham privado os humanos do fogo de modo a obrigá-los a comer a carne crua. É certo que Prometeu e os humanos tinham algumas culpas no cartório, contudo, a punição parecia manifestamente excessiva. Pela minha parte, perdoo Prometeu.

Com a IA não se vê que injustiça possa estar a ser reparada. Com a IA não queremos apenas um módico do privilégio dos deuses, aquela centelha de divindade a que, talvez, tenhamos direito – queremos criar uma inteligência potencialmente infinita, queremos ser Deus, queremos criar deuses.

E, agora, que pulámos a cerca, não se iludam – não há retorno. Que consequências vêm por aí?

Livremo-nos da hùbris de pensar que sabemos ou podemos saber.

Quando, durante a guerra fria, os militares americanos trabalhavam para criar uma rede de comunicações capaz de sobreviver a um ataque nuclear soviético (estruturada em nós, de tal maneira que a destruição de alguns deles não compromettesse o funcionamento geral) ou os engenheiros do CERN sonhavam com uma rede que disponibilizasse para todos, instantaneamente, a produção científica de cada um, nem uns nem outros sabiam que estavam a inventar a internet.

Muito menos podiam imaginar que passados alguns anos existiria uma empresa chamada Google que gera 60 biliões de dólares por ano de lucro e tem 87% de quota de mercado nas pesquisas online no mundo ocidental.

Quem podia imaginar que vinham por aí as redes sociais que mudaram radicalmente a forma

como a informação se gera e circula no espaço público?

Também agora não podemos antecipar as consequências da IA.

O mais que podemos fazer é elencar riscos. Mesmo esse exercício é limitado porque só podemos discorrer sobre os desconhecidos que conhecemos, não nos é dado pensar sobre os desconhecidos que não conhecemos.

Sabemos, por experiência, que a revolução nas tecnologias de informação e comunicação nos trouxe muitas coisas boas, mas, também, duas consequências negativas: a formação de monopólios artificiais e o exacerbar das desigualdades.

O mundo digital é hoje dominado por cinco empresas, todas americanas, imensamente ricas e poderosas: Google, Apple, Amazon, Microsoft e Meta-Facebook.

Juntas valem quase um quarto da capitalização bolsista americana ou se quisermos um décimo da capitalização à escala global.

O poder de mercado destas empresas nas áreas em que atuam é esmagador pelo que, mesmo que não sejam monopólios formais, têm um verdadeiro poder monopolista no sentido de poder manifestamente excessivo nos respetivos mercados.

Não são monopólios naturais no sentido em que não resultam da natureza das coisas, resultaram da demissão dos Estados e respetivos reguladores de cumprir o seu dever de assegurar múltipla e saudável concorrência.

A ausência ou escassez da concorrência é um mal terrível. Limita a iniciativa, diminui a inovação, encarece os produtos, etc.

Já o alargamento da desigualdade tem muitas causas. Mas a revolução tecnológica (de par com a globalização descontrolada) é talvez o caso mais sério.

A revolução tecnológica eliminou muitas profissões dos escalões intermédios. Já não há dactilógrafas, as telefonistas são uma raridade e muitas das tarefas de escritório, que em tempos formaram uma boa parte da classe média, simplesmente desapareceram.

Claro que foram criados outros empregos. Os Estados Unidos estão atualmente em pleno emprego, na Europa faltam trabalhadores.

O problema é que os empregos que, entretanto, foram criados são, em muitos casos, empregos precários e mal pagos.

Da riqueza colossal que a revolução tecnológica permitiu criar, a maior fatia beneficiou uma parte muito pequena da população. Os números dos últimos anos são tão esmagadores que chegam a parecer incríveis. Na última década 54% da riqueza criada foi captada por 1% da população, mas nos últimos dois anos, essa monstruosa cifra subiu para 63%!

Mesmo que um módico de bom senso nos preserve da tentação de prever o que a IA nos vai trazer, acredito não ser arrogância pensar que o todo o mal que já vimos com a revolução nas tecnologias de informação e comunicação, a IA pode fazer, mas com esteroides.

Com a IA podem estar em causa não apenas profissões de classe média, mas também profissões de topo. Muito do trabalho atual de médicos, advogados, jornalistas, engenheiros, por exemplo, pode ser substituído por máquinas.

O potencial de agravamento da desigualdade é imenso. Se agora mais de metade da riqueza adicional é captado por apenas 1% da população, com a disseminação da IA esse número atroz pode subir e, potencialmente, subir muito.

Um conhecido político dizia que os políticos eram os únicos animais que tropeçavam duas vezes na mesma pedra.

Espero que o aforismo não se aplique aos políticos atuais pelo menos no que concerne à regulação da IA.

Não podemos permitir que, com a IA, se formem novos monopólios artificiais ou que se reforcem os que já existem. O facto de as duas empresas mais avançadas no campo da IA estarem, de alguma forma, ligadas a dois dos atuais monopólios (Microsoft-OpenAI e Google-DeepMind) não é tranquilizador.

É urgente a criação de um quadro regulatório público forte da IA – não podemos contar (como, de alguma forma, fizemos em relação à revolução nas tecnologias de informação e comunicação) apenas com a autorregulação dos operadores.

Finalmente, mesmo com todo o empenho e boa vontade dos políticos, não será, porventura, possível evitar efeitos indesejáveis sobre a distribuição da riqueza. Serão necessárias políticas públicas para lidar com o caso e esperemos que sejam mais efetivas do que aquelas que tentaram mitigar os efeitos da revolução tecnológica anterior.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

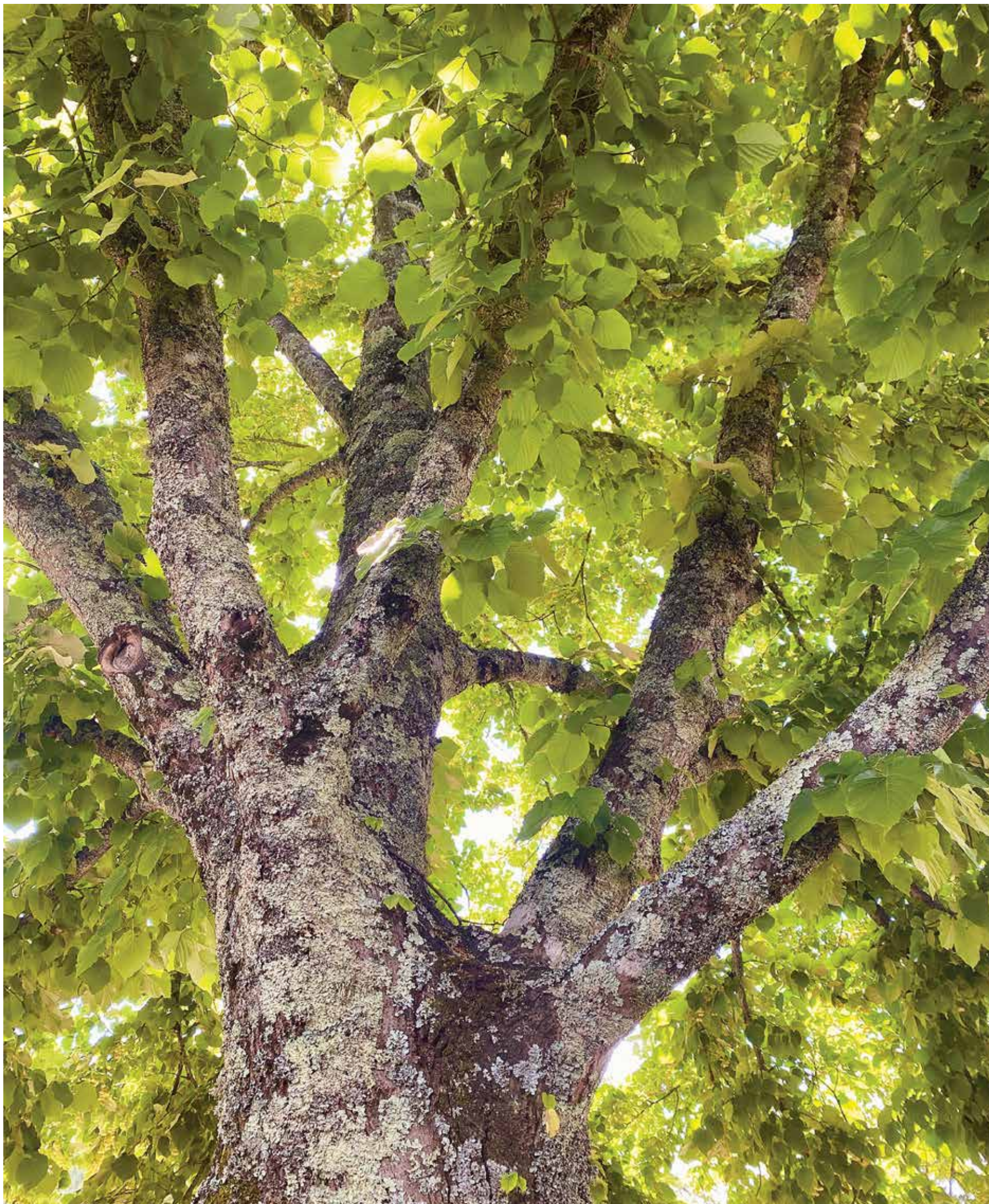
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



À sombra da tília

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

Portugal tem uma das taxas mais baixas de emprego de ciganos na União Europeia

Portugal tem, entre os Estados-membros da União Europeia (UE), uma das taxas mais baixas de emprego nos ciganos, de 31%, numa diferença de 45 pontos percentuais face à população em geral, revela um relatório hoje publicado.

Um relatório da Comissão Europeia sobre o Emprego e a Evolução Social na Europa em 2023 revela que “existem fortes diferenças no emprego entre a população em geral e os grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência e os ciganos”, nomeadamente em Portugal.

“Em 2021, as taxas de emprego mais elevadas para os ciganos foram estimadas na Hungria (62%, uma diferença de cerca de 17 pontos percentuais) e em Itália (61%, uma diferença de cerca de dois pontos percentuais), com as taxas mais baixas em Espanha (25%, uma diferença de cerca de 43 pontos percentuais) e Portugal (31%, uma diferença de cerca de 45 pontos percentuais)”, elenca o executivo comunitário no documento.

Ainda no que toca à integração de ciganos no mercado de trabalho, um inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia divulgado no ano passado indica que a taxa de emprego remunerado das pessoas ciganas com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos é inferior à taxa oficial de emprego da população em geral em países como Portugal, Espanha, Croácia, República Checa, Grécia, Hungria, Itália e

Roménia.

Relativamente à integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em 2022, a diferença de emprego face à população em geral diminuiu 1,7 pontos percentuais em relação a 2021, “mas permaneceu muito elevada, com 21,4%”, segundo o executivo comunitário.

Este relatório da Comissão Europeia revela em termos gerais que, apesar do impacto da invasão russa da Ucrânia que resultou num abrandamento económico no segundo semestre do ano passado, “os mercados de trabalho da UE demonstraram uma resiliência notável em 2022”.

No ano passado, a economia da UE cresceu 3,5% e as taxas de emprego atingiram um máximo histórico de 74,6%, com 213,7 milhões de pessoas empregadas no espaço comunitário esse ano, enquanto as taxas de desemprego alcançaram um mínimo histórico de 6,2%.

No entanto, o relatório dá conta de que persistem desafios com uma baixa representação no mercado de trabalho de certos grupos, como as mulheres ou as pessoas com deficiência.

Mencionada é ainda a situação económica dos agregados familiares, nomeadamente devido aos acentuados aumentos dos preços da energia, tendo-se verificado pobreza energética particularmente elevada na Bulgária (22,5%), na Grécia (18,7%), na Lituânia e em Portugal (ambos com 17,5%)

D.R.



Lavandarias Profissionais IPSS



 milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt

Parceiro Oficial
 Miele